



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 188ª reunião, realizada em 10 de fevereiro de 2021**

1 Em 10 de fevereiro de 2021, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio  
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.  
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília  
5 Carvalho de Melo, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
6 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (Seapa); Bernardo Silvano Brandão Vianna, da Secretaria de  
8 Estado de Cultura e Turismo (Secult); Maria Angélica de Andrade Vasconcelos, da  
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria  
10 de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Eva Irena Kurek, da Secretaria de  
11 Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de  
12 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Jadir de Assis, da Secretaria de Estado de  
13 Desenvolvimento Social (Sedese); Juliano Alves Pinto, da Secretaria de Estado de  
14 Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria  
15 de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria  
16 de Estado de Fazenda (SEF); Gracielle Rodrigues Santos, da Coordenadoria  
17 Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho  
18 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito  
19 Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Carlos Eduardo Ferreira Pinto,  
20 do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão  
21 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de  
22 Minas Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio  
23 Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de  
24 Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da  
25 Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho  
26 de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
27 (Faemg); Flávio Roscoe Nogueira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
28 Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena  
29 Empresa da Fiemg; Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na  
30 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do  
31 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara  
32 do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da  
33 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Julio Cesar Dutra  
34 Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca);  
35 Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria  
36 Teresa Viana de Freitas Corujo, do Espeleogruppo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto  
37 Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Adriana Alves Pereira Wilken, do

38 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Lavínia  
39 Rosa Rodrigues, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra  
40 Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza,  
41 da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg);  
42 Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG);  
43 Talita Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
44 (ABRHidro). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**  
45 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente Marília Carvalho  
46 de Melo declarou aberta a 188ª reunião do Plenário do COPAM: “É a primeira  
47 reunião de 2021, e eu gostaria de desejar um excelente ano a todos os conselheiros  
48 aqui presentes, que de fato o nosso Conselho possa cumprir a sua finalidade e  
49 promover o desenvolvimento sustentável do nosso Estado, através de uma política  
50 ambiental aderente aos interesses do nosso Estado de Minas Gerais.” **3)**  
51 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro  
52 Julio Cesar Dutra Grillo: “Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os  
53 participantes da reunião e as pessoas que estão nos assistindo. É importante  
54 começar dizendo que as ONGs de defesa do meio ambiente da RMBH estão muito  
55 apreensivas com o projeto do Rodoanel. Algumas ONGs enviaram um requerimento  
56 para o MPMG solicitando que seja garantida à sociedade a discussão de alternativas  
57 locais para essa obra. Ninguém desconsidera a importância de um novo anel  
58 na RMBH. Mas, olhando para o traçado proposto para a Alça Sul, aparentemente a  
59 proposta não passou pela análise profunda de ambientalistas que conheçam a  
60 região. Quem conhece a região e seus problemas ambientais, provavelmente não  
61 proporia túneis na serra do Rola Moça, na serra da Calçada ou mesmo na serra do  
62 Curral em frente ao viaduto da Mutuca. Caso ambientalistas tenham sido  
63 consultados sobre o traçado proposto, gostaríamos de conhecer seus laudos. Essas  
64 serras do Sinclinal Moeda são basicamente de minério de ferro, com boa  
65 contiguidade e diversos teores. Um túnel na base de qualquer uma dessas serras,  
66 muito provavelmente, nos levaria a um rebaixamento de lençol freático permanente  
67 e de extensão muito difícil de se avaliar sem um estudo profundo. O que poderia ser  
68 um desastre na nossa região. Pergunto: os cones de depressão resultantes da  
69 construção desses túneis foram estudados? Foram estudados os impactos sobre as  
70 águas superficiais e subterrâneas da região ao longo do tempo? Foram estudados  
71 os cenários pré-operacionais? Gostaríamos de ver esses estudos. A título de  
72 exemplo, tem sido comentado entre os hidrogeólogos o cone de depressão  
73 resultante da mina Sapecado, da Vale, em Itabira. A 4 km da cava, as nascentes  
74 estão secando. Imaginem no caso de túneis atravessando a base de uma montanha  
75 pelo itabirito. No caso específico de uma proposta apresentada que propõe um túnel  
76 na serra do Curral, em frente ao viaduto da Mutuca, além do provável rebaixamento  
77 do nível do lençol freático, haveria quase certamente a perda do principal corredor  
78 ecológico da RMBH, o Corredor Ecológico do Mutuca. Euler Cruz, conceituado  
79 engenheiro, está desenvolvendo alguns estudos sobre essas propostas. Ele nos  
80 mostra que a declividade para quem desce pelo anel proposto da serra da Calçada

81 até o túnel sob a serra do Rola-Moça é muito alta, e o trajeto em descida, muito  
82 longo. Se hoje em dia os caminhões pesados, em função da declividade e extensão  
83 do trajeto, já perdem os freios na descida do atual anel, isso se agravará com o  
84 trajeto proposto. Um acidente dentro desse túnel e o incêndio que se seguiria,  
85 provavelmente, levariam a óbito todos que estivessem dentro dele. Tal possibilidade  
86 certamente não foi considerada pelos proponentes do traçado. A proposta também  
87 não deve ter sido analisada por especialistas em patrimônio histórico e arqueológico,  
88 uma vez que o traçado passa sobre ruínas e trilhas da época do ciclo do ouro, muito  
89 importantes para nossa história. Se tiverem sido analisadas por esses especialistas,  
90 gostaríamos de ver seus laudos. Também nos preocupamos com os traçados da  
91 Alça Norte. A região é majoritariamente cárstica e necessita de um profundo estudo  
92 de espeleologistas e hidrogeólogos antes de se definir o traçado daquela alça. O  
93 conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira, na última reunião deste Conselho, falou  
94 a respeito da região do Vetor Norte. Eu não vou ler aqui a fala dele porque é longa.  
95 Mas vale a pena ler, porque dá um quadro sobre qualquer intervenção no Vetor  
96 Norte. ‘Tem que ser levada em consideração a vulnerabilidade de contaminação  
97 dessas águas.’ O governo afirma que já consultou a sociedade. Então, por favor,  
98 nos informem quais foram os ambientalistas consultados sobre esses impactos. Nos  
99 informem quem assessorou o governo na questão do patrimônio histórico e  
100 arqueológico. De forma sucinta, as propostas de traçado do Rodoanel apresentadas  
101 até este momento nos mostram um provável desastre ambiental de grandes  
102 proporções. Se foram estudadas outras alternativas pelo Estado, não foram  
103 apresentadas para análise da sociedade. Importante dizer que neste momento a  
104 sociedade organizada em defesa do meio ambiente está estudando e  
105 desenvolvendo três projetos alternativos. Lamentavelmente, a compensação  
106 ambiental recebida pelo desastre provocado pela Vale irá provavelmente provocar  
107 outros desastres ambientais. Não podemos definir os traçados das alças sem uma  
108 profunda e aberta discussão sobre cada um dos prováveis impactos. Deixar que a  
109 pressa na aprovação da alternativa locacional se sobreponha aos cuidados que  
110 devemos ter, significa o total abandono dos princípios da precaução e prevenção.  
111 Para finalizar, comunico, com pesar, à SEMAD e aos colegas do Conselho, que a  
112 partir desta reunião eu não serei mais o titular das ONGs de defesa do meio  
113 ambiente neste conselho. A ProMutuca irá indicar meu substituto antes da próxima  
114 reunião. Estou começando um trabalho como servidor público e acho que minha  
115 presença como conselheiro, representando as ONGs, poderia gerar um conflito  
116 ético. Agradeço a paciência que vocês tiveram comigo durante este período.  
117 Agradeço a Letícia Camarano, Simone Pádua, Teca Corujo, Euler Cruz e Paulo  
118 Rodrigues pelas inúmeras contribuições. Agradeço especialmente aos servidores  
119 da SEMAD, que sempre me trataram com cordialidade, sempre solícitos. Por fim,  
120 desejo muito boa sorte para a secretária Marília na sua gestão, torcendo para que  
121 ela realize as mudanças que julgamos necessárias no sistema de licenciamento de  
122 forma a nos adequar às necessidades do século XXI, com crise climática global e  
123 crise hídrica local.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Corroborando muito do que o

124 Julio Grillo falou, eu queria lembrar algumas coisas. A própria Seinfra, o Estado, tem  
125 anunciado que esse assunto do Rodoanel tem sido discutido há anos. Na verdade,  
126 a Alça Norte foi licenciada em 2007, depois de uma longa discussão, no governo  
127 Aécio Neves. E o que observamos é que um dos motivos principais pelos quais hoje  
128 o Rodoanel está também inviável foram as ocupações marginais indevidas que o  
129 poder público não controlou. Se o Rodoanel começou a ser discutido anos atrás, as  
130 ocupações continuaram, sufocando ainda mais o atual traçado. E nós não temos  
131 visto políticas públicas de planejamento do território sendo anunciadas no sentido  
132 de garantir que esse Rodoanel não se torne o 'novo Rodoanel' como aconteceu em  
133 Belo Horizonte, principalmente nas áreas do Vetor Norte, onde o Rodoanel vai  
134 passar, na superfície do solo. E citar o exemplo do Rodoanel de São Paulo, que,  
135 infelizmente, o governo construiu, e muitas das alegações do governo de São Paulo  
136 é que o Rodoanel não teria saída e seria impossível então essa ocupação marginal  
137 e seria garantida a preservação da Mata Atlântica. Hoje, depois de quatro ou cinco  
138 anos, essa realidade começa a se reverter, e há constantes pressões, que parece  
139 que o governo está cedendo, para abrir acesso e garantir a ocupação urbana e a  
140 destruição da Mata Atlântica. Por falar em Mata Atlântica, ontem foi amplamente  
141 anunciado na imprensa pesquisa mostrando a destruição da Mata Atlântica, que é  
142 crescente, e, como sempre, Minas Gerais entre os três primeiros Estados  
143 responsáveis por essa destruição. Nós tínhamos sido convidados pela Seinfra e,  
144 ontem, participamos de uma reunião – a Lidiane estava presente, com a Mônica  
145 Lanna, subsecretária, e o Rodrigo Ribas; superintendente da Suppri – sobre essa  
146 questão. E tinha uma parte da equipe técnica que fez estudos, na verdade, o  
147 economista Guilherme, mais o pessoal do meio ambiente. O Euler Cruz, citado pelo  
148 Julio, estava presente. O Euler é engenheiro, consultor da área de turbinas, muito  
149 conceituado. Ele colocou de forma detalhada essas explicações que o Julio deu  
150 sobre questão de segurança nos túneis, ocorrência na Europa. E o pessoal da  
151 Seinfra e da Secretaria não soube nos responder se essas questões realmente  
152 foram estudadas e utilizadas na proposição da Alça Sul do Rodoanel. Então nós  
153 estamos aguardando a resposta realmente do governo se isso foi considerado  
154 nessa proposta. E hoje, examinando também os documentos da consulta pública da  
155 Alça Sul, eu vi como algumas partes ficaram muito superficiais, até com afirmações  
156 errôneas no que se refere a levar informações à população para que as pessoas  
157 realmente possam participar. Então eu partilho dessa preocupação do Julio Grillo,  
158 lembrando que não é todo dia que se tem essa quantidade de dinheiro para investir  
159 em uma obra de tanto interesse social, sem nenhuma dúvida nenhuma, mas que  
160 tem que ser muito bem pensada. E o melhor pensar é realmente que todos os  
161 interessados discutam.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Sem fazer  
162 qualquer reparo às reflexões que foram feitas pelo Julio Grillo e pela Maria Dalce,  
163 eu gostaria apenas de pontuar uma coisa que é importante, que é a essência do  
164 estudo de impacto ambiental e do seu relatório de impacto ambiental como o grande  
165 instrumento legislativo normativo que nós temos para que as grandes discussões  
166 afetam a uma questão tão importante quanto essa sejam vistas, revistas, atualizadas,

167 reprocessadas, amplamente discutidas, tantas vezes quando quiser, para efeito de  
168 que uma licença seja data se ouvindo todos os atores envolvidos com essa questão  
169 e seguindo todas as melhores práticas de natureza técnica nesse processo. Então  
170 eu faria apenas um registro de que o EIA/Rima é o grande momento para que todas  
171 essas grandes questões sejam profundamente refletidas e discutidas, e uma licença  
172 definitiva como essa, importante, siga toda a tramitação do arcabouço ambiental.”  
173 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nós estamos, neste momento, em um  
174 momento de consulta pública do edital da PPP do Rodoanel, que está aberta até dia  
175 22/3/2021. A obra do Rodoanel, como o Enio mencionou, passará por um processo  
176 de licenciamento ambiental, no qual teremos todas as oportunidades para discussão  
177 em relação a impactos ambientais, mitigações. Não obstante a isso, desde que  
178 fomos procurados pela sociedade civil – aí eu quero destacar especialmente a  
179 conselheira Dalce nesse processo –, nós fizemos uma primeira reunião com o vice-  
180 governador do Estado para discutir uma proposta que a Amda nos apresentou de  
181 traçado alternativo; na sequência, o secretário de Infraestrutura, Fernando Marcato,  
182 junto com a sua equipe, recebeu novamente a conselheira Dalce. E como ela  
183 mencionou sobre a terceira reunião, ontem, sobre o mesmo assunto nas últimas três  
184 semanas, estamos recebendo contribuições. Eu estou mencionando a Amda porque  
185 que nos procurou sobre esse assunto foi a Dale. Ontem, o Rodrigo Ribas subia para  
186 a reunião, e eu mencionei que, de fato, nesse período, nós temos feito um grande  
187 diálogo, ouvindo todas as questões que a Amda tem nos trazido. O que, obviamente,  
188 não impede que possamos fazer com outras entidades ou através de uma  
189 organização de entidades ambientalistas. Eu queria só reforçar isso porque, muitas  
190 vezes, fala-se da falta de diálogo. Pelo contrário. Então vice-governador, secretária  
191 de Meio Ambiente, que tem a função de avaliar e discutir as questões de impacto  
192 ambiental de qualquer processo passível de licenciamento. O secretário Marcato,  
193 que constantemente tem discutido esse assunto comigo, já teve oportunidade de  
194 ouvir as propostas alternativas da Amda. Então eu queria fazer esse esclarecimento.  
195 E dizer que nós estamos no momento de comunicados de conselheiros e queria até  
196 propor, após a fala da Lidiane, da Seinfra, um encaminhamento para esse assunto,  
197 porque não acho que o mérito desse assunto deva ser discutido no momento de  
198 comunicados a conselheiros e nós podemos agregar outros a esse diálogo amplo,  
199 aberto, que o governo do Estado já tem feito através da Amda, com a sociedade  
200 civil.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “Eu acho que a Marília já pontuou  
201 muito bem sobre o processo de modelagem e também das tratativas com a  
202 sociedade civil, hoje representada pela ONG Amda, que foi a que nos procurou, mas  
203 estamos abertos para quaisquer ONGs, ou representantes da sociedade civil que  
204 queira compartilhar do projeto. Eu acho que é importante destacar, mais uma vez,  
205 que o processo hoje está em fase de consulta pública para conseguirmos recolher  
206 todas as informações e todos os pleitos da sociedade. Nós vamos considerar tudo  
207 isso. Julio Grillo, só enfatizar que o processo, o projeto, tem sido estudado há anos.  
208 No ano passado, nós nos debruçamos sobre todas as alternativas locais que  
209 já foram estudadas no passado e outras variantes de que também levantamos a

210 possibilidade. Nessas tentativas anteriores com a Amda que a Marília mencionou,  
211 eles nos apresentaram uma alternativa locacional que já havíamos estudado no  
212 nosso caderno de alternativas locacionais. Mesmo assim, nós fizemos uma nova  
213 revisão do traçado proposto pela Amda. A equipe da SEMAD também avaliou os  
214 critérios locacionais, e nós percebemos que o traçado que estávamos propondo,  
215 enquanto Seinfra, tem critérios locacionais menos impactantes do que aquele que a  
216 Amda propôs. Ontem, na reunião, nós colocamos todas essas questões, tanto de  
217 unidade de conservação quanto de área de proteção especial, de quilombolas, para  
218 a Amda, e eles nos informaram que, dentro desse traçado que propuseram  
219 inicialmente, eles estão estudando novos traçados. E nós também nos colocamos à  
220 disposição para receber esse traçado, para estudar novamente. Nós estamos em  
221 fase de consulta pública, reitero. O Euler também estava presente ontem, só para  
222 deixar claro também. E quanto a uma fala específica da Dalce, em relação aos  
223 projetos sobre os quais não soubemos responder naquele momento, é porque foi  
224 uma pergunta muito específica do Euler a respeito de um estudo geomorfológico da  
225 serra. Como a Marília pontuou, nós estamos em fase de modelagem, e os estudos  
226 específicos serão certamente aprofundados no momento do licenciamento  
227 ambiental. E, como o Enio, pontuou, o instrumento para isso seria o EIA/Rima. Mas  
228 nós estamos atentos a todo pleito da sociedade e de forma muito responsável, com  
229 os estudos de diagnóstico todos bem trabalhados.” Conselheira Maria Dalce Ricas:  
230 “Só para deixar claro o seguinte: o governo não elegeu a Amda para conversar em  
231 nome da sociedade. Nós procuramos a Seinfra e a Marília. A reunião foi  
232 providenciada pela Marília, e nós agradecemos muito. Então nós procuramos, mas  
233 em momento algum fomos lá arrogando que estávamos representando toda a  
234 sociedade. Eu quero que isso fique bem claro. E dizer o seguinte: nós não  
235 concordamos, ontem, com a afirmativa da Seinfra de que o traçado proposto por  
236 nós é mais impactante.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu vou propor um  
237 encaminhamento sobre esse assunto. Aquelas entidades da sociedade civil que  
238 tenham interesse em fazer um debate conosco – SEMAD/Seinfra – sobre esse  
239 assunto, que façam a manifestação à Secretaria Executiva. Nós vamos agendar,  
240 como fizemos com a Dalce, representando a Amda. Mas, volto a dizer, a consulta  
241 pública, até o dia 22/3, está aberta, dando ampla oportunidade para todos trazerem  
242 contribuições ao projeto que está posto.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier:  
243 “A minha fala é para atualizá-los em relação às alternâncias nas prefeituras no  
244 Estado de Minas Gerais. Tivemos quase 400 novos prefeitos, e, de imediato, na  
245 área de meio ambiente da Associação Mineira de Municípios, nós estamos  
246 trabalhando no sentido de atualizar os prefeitos e seus secretários, recém-  
247 empossados, ligados à área de meio ambiente no intuito de, com essa atualização,  
248 errarem menos no futuro e aproveitar aquilo foi ensejado ao longo dos quatro anos  
249 passados. Para tanto, nós estamos em um convênio, em uma parceria sempre  
250 presente com o Malard, do IEF, nos concedendo técnicos do IEF para uma  
251 capacitação no dia 22 de fevereiro. Vai ser virtual, mas o que mais nos alegra,  
252 primeiro, é a parceria da AMM com vocês da SEMAD, sobretudo através de você e

253 do Antônio Malard. E, segundo, o número de inscrições, que nos saltou aos olhos.  
254 O evento será no dia 22, e até então nós estamos com 230 inscritos. Então os  
255 municípios estão abraçando realmente aquilo que nós estamos propondo em uma  
256 primeira ação da AMM. E eu vi no início da tela a presença do promotor Carlos  
257 Eduardo, um grande parceiro e amigo nosso aqui da casa. Eu quero dar para ele  
258 um abraço de boas-vindas e dizer para ele que a casa aqui está sempre aberta a  
259 parcerias e à amizade dele.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu agradeço a  
260 sua fala. O Sisema tem uma parceria constante com a AMM, seja através do IEF,  
261 da Fundação Estadual do Meio Ambiente ou do Instituto Mineiro de Gestão das  
262 Águas. Nós estamos aqui com todos os nossos dirigentes. E o subsecretário  
263 Rodrigo – eu quero, inclusive, mencionar – tem desenvolvido um trabalho, a meu  
264 pedido: nós estamos desenvolvendo um portfólio de ações e projetos de apoio a  
265 municípios. Em breve, nós vamos fazer o lançamento desse portfólio, buscando  
266 realmente dar suporte ao município no desenvolvimento das suas ações na área de  
267 meio ambiente e saneamento no Estado de Minas Gerais, obviamente, sempre em  
268 estreita parceria com a AMM.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu gostaria  
269 de parabenizar a SEMAD, principalmente pelo que nós inventamos no ano passado.  
270 Eu sou do CBH Paracatu, coordenador da Cetoc, e lembro, Marília, que quando nós  
271 começamos aquela discussão em torno das CGLs eu fui um dos que criticaram o  
272 que estava sendo feito. Aqui em Paracatu nós temos as principais áreas de conflito  
273 em Minas Gerais, as maiores. Se não me engano, são 26 CGLs criadas, e nós temos  
274 11 aqui na Bacia do Paracatu. Eu quero atualizá-los é de que está funcionando,  
275 devagarzinho estamos conseguindo chegar a um ponto de equilíbrio para resolver  
276 essa questão ambiental hídrica, principalmente envolvendo o IGAM. E com essa  
277 fala, Marília, eu quero parabenizar o trabalho que tem sido feito, em especial junto  
278 ao IGAM, nessas áreas de conflito. Sabemos que o desafio é muito grande, mas  
279 tem funcionado, e eu espero que até julho, aproximadamente, nós tenhamos todas  
280 as portarias coletivas definitivamente retificadas e organizadas aqui na bacia, em  
281 busca, é claro, da famosa sustentabilidade e do uso sustentável da água.”  
282 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Tobias, também em nome do  
283 Marcelo, diretor-geral do IGAM. Eu tenho acompanhado de perto. Nós  
284 implementamos as CGLs como forma realmente de que deem autonomia aos  
285 usuários para mediar o conflito existente nessas áreas, com apoio do Comitê de  
286 Bacia. E sabemos que Paracatu tem sido um exemplo da implementação das  
287 Comissões Gestoras Locais. O próximo inscrito é o Carlos Eduardo – o Licínio já  
288 mencionou –, e eu queria dizer da minha felicidade de ter você aqui conosco  
289 novamente como representante do Ministério Público no COPAM. Seja muito bem-  
290 vindo a esta casa que tantas vezes teve você conosco.” Conselheiro Carlos Eduardo  
291 Ferreira Pinto: “Obrigado, secretária Marília, caro Licínio. Vejo aqui grandes amigos  
292 de longa data nesta reunião. Eu agradeço as palavras, Marília, você sabe da nossa  
293 relação, de longa data, de muito respeito, de admiração. Retorno ao Ministério  
294 Público Ambiental. Retornei agora no final de 2020 nessa situação anômala de  
295 reuniões virtuais. Eu espero logo, sinceramente, encontrar todos pessoalmente nas

296 nossas reuniões presenciais, onde, independente das divergências e dos  
297 posicionamentos diferentes, sempre prevaleceu a vontade democrática, discussões  
298 muitas vezes acaloradas, mas com muito respeito e de forma democrática, com que  
299 todos os atores possam se manifestar, e o Estado exercer o seu papel. O Ministério  
300 Público também tem as suas preocupações, a sua pauta, mas quer se unir aos  
301 atores para que possamos construir um novo futuro aqui para o nosso Estado de  
302 Minas Gerais. E todas as instituições e todos os amigos que representam todos os  
303 setores têm aqui no Ministério Público um canal de interlocução. Eu estou à  
304 disposição de todos para receber as demandas, discutir soluções, para trabalho em  
305 conjunto. E eu acho que é isso que faz o nosso COPAM grandioso, a diversidade e  
306 o respeito às diferenças, e que prevaleça a nossa democracia ambiental. Obrigado,  
307 Marília, é um prazer estar com todos aqui.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu  
308 quero fazer só uma manifestação também de algo atual, ocorrido na semana, que  
309 foi a questão de resíduos de serviços de saúde. Eu quero dar os parabéns à  
310 Secretaria pela ação e pela fiscalização efetiva e esperar que ela venha a tratar o  
311 assunto com a máxima urgência que ele merece. É um mercado que estava há muito  
312 tempo com problemas. Todos nós sabemos e temos visto isso. Eu passei pela SLU,  
313 tratei dessa política pública de resíduos lá, principalmente, resíduos de saúde. Na  
314 época, fomos nós que trabalhamos para tirar a SLU desse mercado no sentido de  
315 fazer um serviço que não era dela e que custava muito ao município. Na verdade,  
316 nós prestávamos um serviço que não cabia a nós, conforme a legislação. E aí o  
317 mercado andou por conta dele, de certa forma, muito desregulado e sem  
318 fiscalização. Entretanto, com o surgimento do MTR, que dá condições à Secretaria  
319 de fiscalizar – eu acho que dá toda condição, inclusive, de fiscalização – e foi muito  
320 bem aproveitado para esse fato ocorrido na semana, eu queria pontuar e dar os  
321 parabéns à ação da Secretaria e dizer que é um ponto muito sensível, da questão  
322 de resíduos, a questão de resíduos de serviço de saúde. Então tem que dar muita  
323 atenção a esse problema, porque ele já é antigo, e temos que pegar no tema com  
324 muito vigor. Quero aproveitar e convidar novamente – está no chat o site da Abes –  
325 para o seminário de resíduos que nós vamos ofertar a partir do dia 13 de março. Eu  
326 publiquei o site e gostaria que os conselheiros acompanhassem e ajudassem a  
327 divulgar e que a Secretaria também fizesse nova divulgação. Agradeço a divulgação  
328 anterior, mas peço ao COPAM que repita com o site, e nós podemos mandar outro  
329 material para divulgação do maior seminário de resíduos da América Latina e Caribe  
330 e que vai ser aberto pelo ex-ministro de Meio Ambiente de Portugal Carlos Martins.  
331 Nós achamos nele uma liderança na área, alguém que conhece muito, e ele vai falar  
332 da situação de resíduos no mundo e fazer um panorama geral. Depois, cada país  
333 vai fazer o seu panorama no primeiro dia de seminário. E em seguida nós vamos  
334 discutir os dez anos da Política Nacional de Resíduos e os impactos da Covid no  
335 sistema. Então eu agradeço a todos. Parabéns à Secretaria pela ação. Agora com  
336 o MTR, que também é uma conquista da Secretaria, que está funcionando muito  
337 bem, eu acho que teremos mais condições, inclusive com dados públicos, dados  
338 visíveis, de controlar, fiscalizar e ter um sistema de resíduos melhor em Minas



339 Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Rogério, pela sua fala. Só  
340 fazer um destaque à atuação da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Está aqui  
341 presente o Renato, presidente da FEAM, que implementou o MTR no Estado. E um  
342 destaque ao nosso secretário de Fiscalização, Cezar, e também à Polícia Civil, que  
343 fez um grande trabalho prévio de inteligência para a operação que você me  
344 menciona.” Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: “Boa tarde, secretária, boa tarde,  
345 demais conselheiros. É um prazer enorme estar aqui com os senhores. Devo  
346 participar de maneira mais ativa a partir desta reunião, pois entendo como  
347 prioritários essa ação e todos os temas debatidos aqui no Conselho pela Fiemg.  
348 Quando eu não puder, o conselheiro Mário já está fazendo parte, engajado nas  
349 reuniões. Mas eu tentarei dar prioridade, na minha agenda, às nossas reuniões.  
350 Uma das coisas que eu gostaria de dizer logo no início é da importância da  
351 celeridade e da otimização do nosso tempo. Aqui somos diversos conselheiros  
352 representando a sociedade civil, representando o setor produtivo e o próprio  
353 governo. E com um pouquinho menos de jeito e tato que a secretária e o Enio, que  
354 abordaram o tema, eu entendo que eventualmente o tema do Rodoanel – se eu  
355 fosse incauto ou alguém que não tivesse conhecimento a respeito do assunto –,  
356 pela fala do conselheiro Julio, dá a entender que o projeto já estava aprovado, em  
357 execução e que o governo não ouviu ninguém. Mas não é esse o estágio do projeto,  
358 o projeto está em consulta pública da sociedade. Ambientalista, Julio, somos todos  
359 nós. Eu acho que no mundo hoje não tem quem não seja ambientalista, e se  
360 apropriar do termo é algo extremamente complexo, e eu não dou esse direito a  
361 ninguém. Eu entendo hoje que todo cidadão brasileiro é ambientalista e tem que  
362 fazer o máximo pelo meio ambiente. E eu acho que isso não é privilégio de ninguém,  
363 igual falar ‘eu sou cidadão’, eu sou ambientalista, são as mesmas coisas. Então não  
364 ouviu os ambientalistas? Não, está ouvindo, sim, a sociedade como um todo,  
365 conforme o rito legal do projeto. É uma injustiça afirmar isso. E se há diferenças no  
366 projeto o momento de afirmar é este agora, se tem especialistas etc., com certeza,  
367 o governo vai estar aberto. E o órgão máximo, inclusive, para tratar das questões  
368 ambientais do Estado é justamente o COPAM. Quando o projeto chegar à Câmara  
369 adequada, apropriada e, eventualmente, o projeto não estiver adequado, vai ser  
370 colocado em votação, vão ser apreciadas, com certeza, as contribuições de todos  
371 os conselheiros, e aí com certeza nós vamos poder opinar, efetivamente, de maneira  
372 concreta, sobre o projeto específico. Eu entendo que se estivesse no governo eu  
373 teria ficado extremamente incomodado com a afirmação, pois a afirmação dá a  
374 entender que não foram ouvidos os ambientalistas, não foi ouvida a sociedade,  
375 enquanto o processo de ouvir está em curso, inclusive, até mesmo com as próprias  
376 ONGs que os senhores aqui representam sendo escutadas neste momento. E com  
377 a consulta pública, que é direito de todo cidadão – não de ONG nenhuma, mas de  
378 todo cidadão brasileiro – de se manifestar, inclusive o setor produtivo, sob pena de,  
379 ao não fazê-lo, se omitir e abrir mão do seu direito de manifestação. Então eu queria  
380 dizer que entendo que o ambiente aqui é muito nobre e que devemos nos ater aos  
381 temas realmente pontuais, que digam com relação às políticas públicas ambientais

382 do nosso Estado. E, eventualmente, questões pontuais que estão no trâmite eu  
383 gostaria de sugerir que não discutíssemos, de maneira prévia, sob pena de esvaziar  
384 a reunião. Nos conselhos de que participo, à medida que a discussão é difusa, o  
385 que ocorre, de fato, é que todo mundo desliga a janelinha, vai fazer outra coisa e  
386 está presente ali de corpos, mas na realidade não está presente e deixa todo mundo  
387 falar qualquer coisa, e aquele órgão é esvaziado. Eu entendo, muito pelo contrário,  
388 que devemos valorizar este órgão, e uma das maneiras de valorizar o órgão é  
389 valorizar as discussões que são feitas aqui. Não é nenhum apontamento ao  
390 conselheiro Julio, e vocês podem ter certeza de que em todas as reuniões eu vou  
391 travar para que valorizemos o papel do Conselho nas nossas reuniões e que as  
392 discussões sejam pautadas aqui de acordo com os objetivos do Conselho.”  
393 Conselheira Walkiria Lima Ribeiro Machado: “Boa tarde a todos. Eu gostaria apenas  
394 de me apresentar. Esta é a primeira reunião da qual eu participo sob a gestão da  
395 secretaria Marília. Estou substituindo o Dr. Guilherme, de última hora. Ele teve um  
396 contratempo relacionado à família dele. Desejar a todos um bom trabalho. Era só  
397 realmente para saudá-los. Boa tarde.” Presidente Marília Carvalho de Melo:  
398 “Obrigada, conselheira Walkiria, seja bem-vinda, é um prazer ter você conosco  
399 nesta reunião.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu queria  
400 manifestar que existe uma boa parte da sociedade que está repudiando o acordo no  
401 qual foi acertado que o Rodoanel seria uma obra considerada importante e  
402 necessária. Eu faço parte dessa sociedade que está repudiando esse acordo. O que  
403 ocorreu impactou a bacia do rio Paraopeba, impactou o município de Brumadinho e  
404 vários outros ao longo da lama. Esse território tem muitas demandas também nas  
405 áreas de infraestrutura, nas áreas que poderiam ter sido contempladas devidamente  
406 por esse acordo. Não faz o menor sentido esse dinheiro, que a Vale deve e que  
407 ainda foi negociado com um grande desconto para a empresa criminosa, que se  
408 coloque, por exemplo, o Rodoanel. Os impactos do Rodoanel e a quem interessa o  
409 Rodoanel deveriam ter sido tratados, sim, com a sociedade. A consulta pública  
410 deveria ter sido antes, inclusive, do acordo assinado pelo governo e todos aqueles  
411 que o assinaram. É uma grande injustiça, uma grande crueldade, porque nesse  
412 rompimento morreram 272 seres humanos e mais um trecho de um rio, e quando se  
413 testemunha de novo um repeteco do que aconteceu com a Samarco, onde quem  
414 sai ganhando com esse acordo é a Vale, é inaceitável, abominável, e há que se falar  
415 aqui esse contraditório. Como é que se trata o Rodoanel dizendo que agora vai  
416 começar a consulta pública e tratar de um estudo de impacto ambiental, se todos  
417 nós sabemos que o estudo de impacto ambiental é precisamente para se avaliar a  
418 viabilidade, para se apresentar uma proposta, e isso já está selado dentro de um  
419 acordo no Judiciário, que é algo que tem que ser feito? Existe total inversão de  
420 ordem. O que nós temos testemunhado, sai dia, entra dia, nas questões da política  
421 ambiental, sai governo, entra governo, é uma total inversão de ordem na maioria  
422 das questões. Se o Rodoanel é algo que demanda verdadeiramente uma análise  
423 criteriosa com a participação da sociedade, jamais se poderia ter colocado no bojo  
424 do acordo o Rodoanel como se fosse o que a Vale tem que pagar. Porque isso foi

425 combinado com alguém ou foi combinado a partir de interesses que não  
426 consideraram a sociedade. Foi falado, mais ou menos, que desde o ano passado –  
427 não sabemos desde quando – está se estudando a proposta que veio a público, que  
428 seria o traçado desse Rodoanel. Quanto a essa proposta, deveria ter sido então  
429 começado a tratar com a sociedade e jamais no bojo do acordo. O acordo com a  
430 Vale deveria ser restrito à Bacia do Rio Paraopeba, porque, por si só, ela tem graves  
431 questões de insegurança hídrica, situações ambientais gravíssimas, dezenas  
432 barragens de rejeito, não tem uma rede sismográfica para acompanhar a segurança  
433 dessas barragens. Tem tantas questões ambientais que aquele território precisa,  
434 tem questões também ligadas à economia, alternativas para não continuarem  
435 ‘minerodependentes’ e, a cada licenciamento novo naquele território, se colocar que  
436 sem mineração aquele território não vive. Então foi absurdo esse acordo, faz parte  
437 da história, é mais uma história muito triste em Minas Gerais por parte de quem  
438 construiu e de quem assinou. E eu estou aqui para dizer que, sim, existe uma  
439 sociedade que está contrária e que está discordando desse acordo, para além dos  
440 aspectos em cima do Rodoanel, que são também gravíssimos.” Presidente Marília  
441 Carvalho de Melo: “Agradeço a manifestação, conselheira, e queria fazer breves  
442 esclarecimentos. É importante dizer que o acordo firmado tem um montante de R\$  
443 37 bilhões, e apenas R\$ 3,5 bilhões se referem ao Rodoanel. Então, quando a sua  
444 fala menciona o Rodoanel como a grande ação desse acordo, eu acredito que a  
445 senhora não conheça, de fato, o acordo. Então é importante – até posso também  
446 colocar como uma proposta de encaminhamento – que chamemos o Comitê Pró-  
447 Brumadinho e quem liderou essas discussões no âmbito do governo, o secretário  
448 Otto, para fazer uma apresentação para aqueles que tenham interesse em conhecer  
449 em mais detalhes o acordo que foi assinado, que, sim, contempla ações diversas,  
450 inclusive muitas dessas que a senhora menciona. A nossa pauta de meio ambiente,  
451 toda a universalização do saneamento nos municípios atingidos, não tem teto para  
452 reparação ambiental. Isso está claro no acordo. Então eu gostaria de fazer esse  
453 breve esclarecimento. Nós não temos representante da Secretaria de Planejamento  
454 – a Beatriz teve que se ausentar –, mas já nos colocamos à disposição para também  
455 fazermos uma apresentação para aqueles que precisem conhecer melhor o acordo,  
456 através do nosso Comitê Pró-Brumadinho.” Conselheiro Alexandre Valadares Mello:  
457 “A minha fala vai ser muito rápida, porque o tema já foi discutido, e não será neste  
458 momento a questão do Rodoanel. Eu vejo que nós temos dois anos para frente de  
459 discussão, e todo mundo já colocou a sua opinião. Eu concordo plenamente com o  
460 Dr. Flávio Roscoe, com o Dr. Enio, que nós teremos um momento certo para discutir  
461 as ações, o melhor traçado e como isso vai se comportar. Como disse a secretária  
462 Marília, pequena parte desse acordo, o que eu considero um grande avanço para o  
463 Estado de Minas Gerais. E aqui eu gostaria de dar as boas-vindas ao promotor  
464 Carlos Eduardo, retornando com a direção do Caoma, e parabenizar todas as  
465 negociações que o Ministério Público fez em torno desse acordo. Então eu acho que  
466 Minas Gerais, sim, tem que aplaudir esse acordo inédito, um dos maiores acordos  
467 ao nível do Brasil, junto com a mineração, e acho que nós teremos recursos, sim,

468 para recuperar todas as questões ambientais e sociais da região e até mais. Então  
469 eu vejo isso com muito bons olhos e deixo o Ibram à disposição para que possamos  
470 discutir também a questão do Rodoanel.” Conselheiro Juliano Alves Pinto:  
471 “Obrigado, presidente Marília, quero saudar os demais conselheiros, um especial  
472 abraço ao presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, amigo e parceiro das ações na Sede.  
473 Eu acho que é a primeira participação minha em que faço uma intervenção, e  
474 pretendo ser breve. Eu sou subsecretário na Secretaria de Desenvolvimento  
475 Econômico, cuido de atração de investimentos e política de exportações e  
476 adensamento das cadeias produtivas e políticas públicas voltadas para energia,  
477 mineração e logística. Eu sou diplomata de carreira, estou servindo ao Estado há  
478 quase dois anos, tenho experiência na área ambiental, multilateral, fui chefe da  
479 delegação brasileira na reunião ministerial de energia limpa, em São Francisco, na  
480 Califórnia, aberta pelo presidente Obama, em 2016. E concordo inteiramente com o  
481 presidente Flávio, da Fiemg, de que somos todos ambientalistas aqui. Nós estamos  
482 tendo uma grande dificuldade no momento em que a imagem do Brasil no exterior  
483 está arranhada por conta da forma como essa imagem é apresentada no exterior.  
484 Não quero entrar no mérito da gestão do Ministério de Meio Ambiente, mas de certa  
485 forma isso atrapalha nossas estratégias de atração de investimento. E nessa linha,  
486 em parceria com a SEMAD e com a FEAM, nós lançamos uma campanha com uma  
487 participação muito qualificada na reunião da COP26, na Conferência das Partes do  
488 IPCC que acontecerá em novembro, em Glasgow. Assinamos um memorando de  
489 entendimento, no ano passado, com o governo Britânico, do qual participou a  
490 secretária Marília, o nosso secretário adjunto da Sede, Fernando Passalio. E Minas  
491 Gerais, por toda essa construção com os britânicos, já está sendo considerado o  
492 Estado prioritário pelo governo britânico na participação subnacional na COP26. E  
493 o que nós queremos, no final das contas, é não só educar o mundo sobre o que nós  
494 fazemos de bom em matéria de boas práticas de sustentabilidade, mas que isso  
495 sirva também para nós mostrarmos para o nosso próprio Estado que existem boas  
496 práticas sendo construídas, não só âmbito do governo, mas também na iniciativa  
497 privada. De novo, concordo inteiramente com o presidente Flávio Roscoe, somos  
498 todos ambientalistas aqui, e não há uma empresa que não tenha uma preocupação  
499 central com sustentabilidade hoje. E no final das contas é o olhar para o futuro que  
500 um país como o Brasil precisa ter. E fazendo aqui uma breve menção, já que foi  
501 colocada a questão do Rodoanel e do acordo com a Vale, eu estou de acordo com  
502 o colega do Ibram, foi o melhor acordo possível. A secretária Marília mencionou que  
503 o Rodoanel, que é um capítulo importante desse acordo, representa pouco mais de  
504 10% dos valores que foram acordados. O Comitê Pró-Brumadinho também deu voz  
505 à representação popular, na medida em que dele participaram, em algumas  
506 audiências, parlamentares e representantes dos mais diversos segmentos. E,  
507 sinceramente, com esse olhar para o futuro, nós temos que pensar no  
508 desenvolvimento sustentável nas suas três principais vertentes. Não apenas a  
509 sustentabilidade ambiental, mas também a econômica e a social. É evidente que  
510 nós temos que pensar em uma mineração muito mais segura, muito mais humana,

511 muito mais sustentável. Eu vejo esse compromisso de parte do Ibram, eu vejo esse  
512 compromisso de parte das empresas. O que aconteceu foi inaceitável, mas existe  
513 essa predisposição de refundar a mineração no nosso Estado, um modelo que vai  
514 se projetar para o Brasil inteiro. Nós estamos trabalhando aqui em um verdadeiro  
515 marco civil para a mineração no Estado de Minas Gerais. De modo que o que  
516 pretenderíamos fazer em Glasgow sirva também, de certa forma, de modelo para  
517 que aqui no COPAM possamos, de repente, ter uma oportunidade, uma chance de  
518 uma empresa poder mostrar suas boas práticas em matéria de sustentabilidade,  
519 quem sabe, e com isso desmistificar a ideia de que a indústria ou o setor privado  
520 vêm de encontro à sustentabilidade para penalizar aquilo que foi feito em matéria  
521 de sustentabilidade ou que venha eventualmente se colocar como obstáculo à  
522 conservação ambiental.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Só reforçando, você  
523 mencionou o diálogo com a sociedade que foi promovido ao longo da discussão do  
524 acordo, o papel do Ministério Público também já foi mencionado, e o da Defensoria  
525 Pública é importante aqui destacar que também assinou o acordo.” Conselheiro Julio  
526 Cesar Dutra Grillo: “Eu fui citado pelo Sr. Flávio, da Fiemg, eu poderia fazer um  
527 comentário? Muito rápido, um comentário de 1 minuto apenas. Sr. Flávio, eu fico  
528 muito feliz com o seu posicionamento, de o senhor se afirmar como ambientalista,  
529 mas os representantes que a Fiemg tem colocado nos Conselhos – da Fiemg, do  
530 Sindextra, das mineradoras –, que eu me lembre, nos últimos 30 anos, nos  
531 Conselhos onde eu participei, nunca fizeram nem uma única proposta construtiva  
532 na área ambiental. Os conselheiros têm estado aqui apenas, vamos dizer assim,  
533 para garantir que os projetos sejam aprovados. Essa é uma posição. E,  
534 circunstancialmente, ainda se posicionam em nome da Fiemg de uma forma  
535 extremamente retrógrada. Nós não temos corredores ecológicos aqui na nossa  
536 região em função da ferrenha oposição da Fiemg. Então eu gostaria muito, por favor,  
537 que o senhor, como presidente da Fiemg, procurasse se inteirar do que está  
538 acontecendo. Não é perguntando para os seus conselheiros: leia as atas, veja se  
539 por acaso houve algum posicionamento construtivo por parte de representante da  
540 Fiemg nesses últimos anos ou se eles se ativeram exclusivamente a defender os  
541 projetos.” Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: “O objetivo maior da minha  
542 presença aqui é porque justamente eu tenho lido as atas e tenho ficado indignado  
543 com as inúmeras afirmações indevidas, sem prova, sem nenhum argumento jurídico  
544 concreto, sem nenhuma validade, como essa que o senhor está colocando. E a partir  
545 de agora nós vamos ter uma posição proativa aqui, quem falar vai ter que responder  
546 pelo que fala, nós vamos ser ativistas judiciais com as pessoas que falam sem  
547 nenhuma consequência, emitem opiniões, muitas vezes, baseadas nas suas ilações  
548 pessoais, sem nenhuma base de fato para fazer. Então, Sr. Julio, a Fiemg defende,  
549 sim, o meio ambiente, a Fiemg tem inúmeras iniciativas, tanto em parceria com os  
550 órgãos ambientais como também em parceria com o Ministério Público como em  
551 parceria com a Secretaria de Meio Ambiente. E ela vem, sim, promovendo o  
552 desenvolvimento sustentável, e a indústria vem fazendo uma revolução. Basta o  
553 senhor passar perto de qualquer chaminé de indústria e olhar para ela, basta o

554 senhor passar perto de qualquer riacho que tem uma indústria na porta e ver que  
 555 não tem resíduo ambiental. Isso foi feito, em parte, pelo mérito dos industriais, mas,  
 556 em parte, pelo mérito dos conselheiros deste Conselho aqui, que tem feito boas  
 557 políticas públicas, em parte, pelo mérito do Ministério Público, em parte, pelo mérito  
 558 dos nossos valorosos funcionários dos nossos órgãos ambientais. Porque se fosse  
 559 como o senhor falou o Estado de Minas Gerais seria um total descaso, e não é. E  
 560 muitas vezes as ilações que determinados conselheiros fazem aqui ferem a  
 561 qualidade dos nossos funcionários públicos, fazendo ilação de que governo,  
 562 iniciativa privada, setor produtivo estão mancomunados com votações. As votações  
 563 são técnicas, os pareceres são técnicos, eu respeito a qualidade técnica do  
 564 funcionário público do Estado de Minas Gerais. O senhor aqui fez uma menção  
 565 elogiosa ao funcionário público, mas, quando o senhor afirma nas suas falas aqui,  
 566 eu não vejo. Porque eu li as atas. Então já estou lendo as atas, o senhor pode ter  
 567 certeza, e as pessoas aqui que falarem vão ser responsabilizadas para comprovar  
 568 o que disse. Esse é um compromisso da Fiemg que eu já faço aqui agora com todos  
 569 os conselheiros. Prestem bem atenção no que estão falando, tenham certeza do  
 570 que estão falando, porque, se ferirem alguém, serão responsabilizados,  
 571 principalmente se esse alguém for a Fiemg, entidade que eu represento. Enquanto  
 572 eu a represento, eu tenho muito orgulho dela e do trabalho que ela faz. Se o senhor  
 573 tem qualquer colocação com relação à melhora do nosso trabalho, eu o receberei  
 574 aqui pessoalmente, e pode trazer um documento oficial. Agora, é um ponto de vista  
 575 do senhor, que não representa a somatória nem a verdade, é a sua percepção da  
 576 verdade. Então eu quero dizer que a Fiemg está aqui, como sempre esteve, para a  
 577 sociedade mineira, para dar um pronto apoio às causas ambientais, ao  
 578 desenvolvimento sustentável. Porque aqui não tem ninguém morando em oca, não  
 579 estou vendo aqui nenhum índio em oca. Estou vendo a casa do senhor aí, que tem  
 580 todos os bens e produtos industriais, produtos que nós fazemos. E a nossa  
 581 sociedade não quer morar em oca, eu não acho nem um voluntário para voltar ao  
 582 Brasil 1500. E nós aqui vamos fazer, sim, desenvolvimento responsável,  
 583 sustentável, e o senhor pode contar com isso, com a Fiemg, em todos os programas.  
 584 Em programas positivos, todos aqui podem contar com a Fiemg, como se contaram.  
 585 E eu tenho orgulho do trabalho dos nossos conselheiros aqui e estou vindo aqui  
 586 para falar de maneira veemente, como muitos dos senhores fazem. Como eles são  
 587 prepostos, muitas vezes, não podem falar. Eu aqui posso. E vou falar e vou fazer.  
 588 Então parabéns a todos vocês que trouxeram Minas Gerais até este momento,  
 589 parabéns ao poder público, ao Ministério Público e a todos que estão aqui  
 590 transformando Minas Gerais no Estado mais sustentável do Brasil.” **4) EXAME DA**  
 591 **ATA DA 187ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 187ª reunião do  
 592 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 9 de dezembro  
 593 de 2020, com as seguintes alterações: – Linha 261, a redação correta é: “Esta  
 594 posição não tem sido a que se espera de...”; – Linha 936, substituir a vírgula por  
 595 ponto final após a palavra “necessária”. Votos favoráveis: SEMAD, Seapa, Secult,  
 596 SEE, Seplag, SES, Seinfra, Sedese, Sede, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG,

MPMG, ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, EPA, Mover, Cefet, Uemg, Ufla, Assemg, OAB e ABRHidro. Ausência: Amda. **5) SUSTENTABILIDADE. Apresentação: Julio Cesar Dutra Grillo - Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca).** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Por favor, conselheiro Grillo, fique à vontade para a sua apresentação. Volto a dizer que essa apresentação foi solicitada no final do ano passado, na última reunião ordinária, e, da mesma forma que a solicitação do conselheiro Julio Grillo foi atendida, fica à disposição de todos os senhores para que realmente tragam pautas construtivas de discussão de política ambiental do nosso Estado.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu vou fazer uma apresentação e mostrar sugestões de planilhas. Depois eu me coloco à disposição para escrever dúvidas. Eu agradeço novamente os imensos auxílios da Letícia Camarano, Simone Pádua e Euler Cruz. Essa é uma proposta de análise de sustentabilidade para a SEMAD. A missão da SEMAD é colocada como? ‘A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tem como missão formular e coordenar a Política Estadual de Proteção e Conservação visando ao desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais’. As competências. Na Lei de 11.903, de setembro de 1995, que cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o artigo 2º diz que ‘compete à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável planejar, propor, coordenar a gestão ambiental, com vistas à manutenção de ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável.’ No item 7, identificar recursos naturais do Estado para as diretrizes do desenvolvimento sustentável. Quer dizer, a SEMAD tem um foco na área de desenvolvimento sustentável, mas o que eu venho dizendo ao longo do tempo é que não existe uma análise dessas da sustentabilidade dos empreendimentos da forma que deveria. E é isso que eu vou tentar exemplificar. O Decreto 47.787/2019, que dispõe sobre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, coloca no seu artigo 2º que a SEMAD é o ‘órgão responsável por implementar e acompanhar as políticas para conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais’ e que tem a competência para ‘planejar, elaborar, deliberar, gerir, supervisionar a formulação, a coordenação, execução e supervisão das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável’. Então eu acho que este é o momento em que temos que começar a trabalhar essa questão. Mas o que é o desenvolvimento sustentável? Em 1987, a Comissão Brundtland apresentou à ONU um relatório inovador, ‘Nosso futuro comum’, trazendo o conceito de desenvolvimento sustentável para um discurso público. ‘O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.’ Acrescento a esse entendimento que o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra, a atmosfera, as águas, o solo e os seres vivos. Consenso sobre o desenvolvimento sustentável. Segundo Horbach, a dificuldade para se chegar a um consenso sobre sustentabilidade está no fato de que ela é discutida como algo em que três

640 interesses ou conflitos sejam resolvidos ou compridos simultaneamente: interesse  
641 da geração atual em melhorar as suas reais condições de vida (sustentabilidade  
642 econômica); a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres  
643 (sustentabilidade social); e os interesses das gerações futuras que não estão  
644 comprometidas pela satisfação das necessidades da geração atual  
645 (sustentabilidade ambiental). O tripé da sustentabilidade é constituído por três  
646 dimensões: social, ambiental e econômica. Essas dimensões precisam ser  
647 integradas para que a sustentabilidade, de fato, aconteça. Então o termo tripé social  
648 engloba as pessoas, suas condições de vida, como educação, saúde, violência;  
649 ambiental refere-se aos recursos naturais do planeta e a forma como são utilizados  
650 pela sociedade, comunidades e empresas; e o econômico, relacionado com a  
651 produção e distribuição. Esse é um desenho muito conhecido sobre esse tripé da  
652 sustentabilidade, ele mostra que as três áreas (a dimensão social, a dimensão  
653 ambiental e a dimensão econômica e financeira) têm que ser tratadas de forma  
654 equilibrada. Se, por exemplo, desprezamos uma dimensão social e trabalhamos a  
655 questão apenas pela dimensão econômica e financeira e ambiental, nós vamos criar  
656 uma situação viável, mas provavelmente não será justa, provavelmente não será  
657 vivível. E assim por diante. Então essa é só uma forma de enxergar esse tripé da  
658 sustentabilidade. A sustentabilidade hoje no mundo. Já tem até um conceito por  
659 parte dos empresários. 'Pelo segundo ano consecutivo, a sustentabilidade foi tema  
660 importante no Fórum de Davos. As melhores práticas ambientais, sociais e de  
661 governança (ou ESG, como são chamadas pelo mercado) já são assunto antigo das  
662 salas de reuniões de gestores e empresas, mas foi só há pouco mais de um ano  
663 que o tema virou parte do cotidiano no mundo corporativo de investimentos no Brasil.  
664 O assunto é abrangente e se refere à avaliação de como companhias impactam o  
665 meio ambiente e a sociedade e sobre como esse impacto pode gerar riscos de  
666 negócio ou de investimentos. O ESG é mais complexo do que trazer apenas um  
667 produto sustentável, é como a empresa se porta. São frases que eu copiei de um  
668 artigo da 'Folha', e o link está aqui embaixo, porque o artigo é mais extenso. Para  
669 quem quiser conhecer um pouco mais sobre ESG, está aí o link. Como analisar a  
670 sustentabilidade de um empreendimento? A análise deve contemplar os impactos  
671 sociais e econômicos no curto, médio e longo prazos. Sugestão: curto prazo, do  
672 início até 5 anos; médio, de 6 a 30 anos; e longo, acima de 31 até 50 anos, e deveria  
673 ser feita por especialistas. Naturalmente que, dependendo do tipo de projeto, esses  
674 curto, médio e longo prazos podem sofrer alguma diferença e não serem  
675 exatamente como estão sendo propostos. A análise sob a perspectiva da economia  
676 pública, por exemplo, deve ser elaborada por economistas com especialização em  
677 economia pública. É importante lembrar que cabe ao empreendedor analisar o  
678 retorno do seu investimento, e, quando se faz uma análise de sustentabilidade de  
679 um empreendimento do ponto de vista do poder público, a sustentabilidade  
680 econômica deve ser sobre a economia pública. A análise dos impactos materiais e  
681 imateriais, previstos e potenciais, sobre a sociedade deve ser elaborada por  
682 sociólogos ou por analistas com formação análoga. E a análise dos impactos,



previstos e potenciais, ao meio ambiente deve ser feita por profissionais da área, incluindo ambientalistas. Agora a questão: como o Estado deveria analisar a sustentabilidade de um empreendimento? Eu proponho o uso de planilhas para análise de sustentabilidade. Eu vou dar exemplos de três planilhas e já deixei com a SEMAD. Para quem tiver interesse, eu deixei as planilhas aberta para que qualquer um possa mexer e detalhar da forma que achar melhor. Tem uma planilha de análise dos impactos na economia pública, uma planilha de análise dos impactos sociais, materiais e imateriais e uma planilha de análise dos impactos ambientais, todas avaliando o curto, o médio e o longo prazos. Essas análises podem ser feitas em paralelo com o processo de análise para o licenciamento que é feito hoje. Isso é importante. Não vai atrasar um processo de licenciamento porque vai fazer essa análise. Essa análise pode ocorrer em paralelo. No caso de barragem, só um exemplo, uma lembrança de um resultado de análise de sustentabilidade. O cálculo de caução, no caso de barragem, foi exigido pela Lei 23.291/2019, da Política Estadual de Segurança de Barragem. Na época do desenvolvimento dessa lei, a sociedade civil organizada em defesa do meio ambiente previa que o valor da caução deveria ser obtido a partir da análise de sustentabilidade do empreendimento de forma a cobrir todos os danos à economia pública, à sociedade e ao meio ambiente relacionados a desastres potenciais. Então isso serve de exemplo para outros licenciamentos com médio ou alto potencial de dano. Como se vai calcular uma caução para um empreendimento com médio ou alto potencial de dano? Eu estou propondo uma fórmula. Apresentação das planilhas propostas. A seguir são apresentadas as três planilhas propostas para análise de sustentabilidade de empreendimentos no curto, médio e longo prazos. Elas podem servir como base para planilhas de análises futuras da SEMAD. Cabe ressaltar que análise de sustentabilidade é um processo que se aperfeiçoa com refinamento sucessivo na medida em que se acumula experiência e que cada análise tem suas peculiaridades. É claro que, dependendo da situação, não teremos um empreendimento 100% sustentável, mas temos que escolher a alternativa mais sustentável, sempre a mais sustentável, de forma que no futuro nos aproximemos de realmente ter empreendimentos 100% sustentáveis. Agora eu vou apresentar as planilhas. Aqui estou apresentando uma planilha de análise de sustentabilidade, a planilha que vai verificar isso do ponto de vista da economia pública. Essa análise então é feita como se fosse uma planilha para 50 anos. Eu mostro aqui o seguinte: nos cinco primeiros anos, estou detalhando a planilha mês a mês. Depois, do sexto até o 30º ano, eu detalho semestralmente. E a partir do 30º ano seria detalhada ano a ano. E com isso se contemplam 50 anos. E como nós vamos analisar a sustentabilidade econômica, do ponto de vista da economia pública, de um empreendimento? Nós vamos verificar todas as receitas, todos os investimentos, todos os custos operacionais e a recuperação de desastres potenciais. Temos que colocar valor na recuperação de desastres potenciais. Então nós temos sub-planilhas que já levariam os dados para a planilha principal dos 50 anos. E nós vamos colocar para cada grupo descrição e regras gerais. Aqui temos uma memória

726 de cálculo. Por exemplo, é uma mineração que a partir do terceiro ano estará  
727 produzindo 1 milhão de toneladas por ano. O preço do minério, nós vamos trabalhar  
728 sempre com o valor presente. O preço do minério hoje, vamos supor, está a US\$  
729 100, então isso dá US\$ 100 milhões. Quantos por cento esse imposto significa para  
730 o Estado, para o município, para a Federação? Cada um dos impostos nós  
731 colocamos aqui. E depois, embaixo, as isenções. No caso de termos isenções, elas  
732 vão ser apontadas aqui também e vão ser colocadas nesse grupo de receitas ao  
733 longo do tempo. É nós fazemos também com investimentos, temos aqui memória  
734 de cálculo de cada um dos investimentos que seriam feitos por parte do poder  
735 público. O poder público vai ter que fazer uma estrada para ir até o empreendimento,  
736 tem que fazer uma manutenção de estradas, por quanto tempo essa manutenção  
737 de estradas será feita? E todas as coisas que possam significar investimento por  
738 parte do Estado. Então nós temos que colocar ali os investimentos, os custos  
739 operacionais. Para cada custo operacional, nós vamos colocar descrição e regras  
740 gerais, em uma memória de cálculo. Por exemplo, o Estado vai ter que manter dois  
741 fiscais em horário integral por causa desse empreendimento ou vai ser um fiscal  
742 quatro dias por mês? Então tem esse custo operacional e diversos cursos  
743 operacionais que nós vamos colocando. Cada um deles será descrito, terá uma  
744 memória de cálculo e vai acabar na planilha principal. Da mesma forma, vamos  
745 colocar recuperação de desastres potenciais e a memória de cálculo dessa  
746 recuperação. O que seria um desastre potencial? Essa pilha, se por acaso  
747 escorregar, vai danificar por 6 km esse córrego que está debaixo dela. Então isso é  
748 um desastre potencial. Qual é o custo desse desastre potencial, o que o Estado vai  
749 acabar tendo que gastar com isso? Nesse caso, vai também para aquela planilha  
750 principal. E aí nós vamos ter alguns gráficos que vão nos mostrar como funciona  
751 essa análise no curto prazo, graficamente. Naturalmente, tem determinados  
752 empreendimentos em que você começa negativo, fica talvez alguns anos negativo,  
753 o que se compensa lá na frente. Por isso então é importante que analisemos no  
754 curto prazo. Da mesma forma, com a planilha para o médio prazo, sempre  
755 trabalhando sobre o saldo acumulado; e uma planilha para longo prazo, também  
756 sempre trabalhando com o saldo acumulado. Vocês vão notar que nós temos  
757 receitas, investimentos, custos operacionais, recuperação de desastres potenciais,  
758 um saldo mensal e um saldo acumulado, sempre um valor presente e enxergando  
759 50 anos. Dessa forma, nós temos condição de saber qual é o impacto desse  
760 empreendimento sobre a economia pública do ponto de vista, exclusivamente, do  
761 Estado. Agora essa outra planilha é para que possamos levantar a análise de  
762 sustentabilidade do ponto de vista social. Nós vamos ter perdas e ganhos materiais  
763 da sociedade e perdas e ganhos imateriais da sociedade. Isso vai ser alimentado  
764 também para 50 anos, da mesma forma que a planilha inicial, mas, por exemplo,  
765 vamos ter uma memória de cálculo em que vamos colocar todas as perdas e ganhos  
766 materiais da sociedade. Por exemplo, uma descrição completa e a memória de  
767 cálculo do que pode ser uma perda ou ganho, com a data inicial do evento, duração  
768 do evento e estimativa do valor. Nós vamos ter todos os lançamentos de perdas

769 sociais materiais, com as suas descrições. Vamos fazer a mesma coisa para perdas  
770 e ganhos imateriais. O cara perdeu a casa dele, mas, quando ele perde a sua casa,  
771 não é só o valor patrimonial da casa, ele está perdendo também uma vizinhança,  
772 uma história dele, da família, que tem sei lá quantos anos que está naquele lugar;  
773 está perdendo um quintal, uma qualidade de vida. Todas essas perdas e os ganhos  
774 imateriais – e aqui entram também os culturais – nós vamos descrever, fazer uma  
775 memória de cálculo e a estimativa de valor. Depois nós teremos no curto prazo,  
776 como isso se comporta; no médio prazo e no longo prazo. E agora a planilha de  
777 análise de sustentabilidade do ponto de vista ambiental. A planilha funciona da  
778 mesma forma, perdas e ganhos acumulados, e vislumbra 50 anos. Eu vou fazer uma  
779 memória de cálculo das perdas e ganhos ambientais do empreendimento, descrição  
780 da perda, memória de cálculo, com data inicial do evento, duração do evento e  
781 estimativa do valor. E vamos ter os grandes, descrição do ganho ambiental com  
782 data inicial, duração do evento e estimativa de valor. Então tem perdas e ganhos  
783 que às vezes se compensam. Por exemplo, uma área de Mata Atlântica de 50  
784 hectares. Aquilo vai ter que ser destruído, e houve a garantia de 100 hectares. Então  
785 ali você pode estar apresentando um ganho teórico potencial. Então todos esses  
786 dados e valores são colocados aqui. Como eu disse na apresentação inicial, uma  
787 das coisas mais complexas é colocar valor nas perdas ambientais e nas perdas  
788 sociais, principalmente nas imateriais. As perdas materiais ainda são mais fáceis.  
789 Mas temos que começar a trabalhar esse assunto, começar a aprender a colocar  
790 valor nisso. Eu cheguei a mandar um recado ao professor ministro Paulo Haddad  
791 para que ele participasse da reunião hoje, para que escutasse esta apresentação.  
792 Porque ele tem dois livros que, de uma certa forma, abordam esse assunto de  
793 colocar valor na parte social e ambiental. Mas no fundo eu aqui quis mostrar como  
794 pode ser uma forma de se caminhar na análise de sustentabilidade. Marília,  
795 independentemente de eu estar saindo do Conselho, de hoje ser a minha última  
796 reunião, eu me coloco 100% à disposição da SEMAD para discutir, detalhar,  
797 trabalhar com a própria SEMAD um exemplo, detalhando um exemplo e fazendo um  
798 estudo completo. Eu me proponho a fazer isso. De uma forma muito sintética,  
799 procurei ser bastante breve, e era isso que eu tinha para mostrar hoje. Agora estou  
800 aberto a discussões.” Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: “Eu achei o tema  
801 bastante interessante. Conselheiro Julio, parabéns por tratá-lo. Eu sei que o Estado  
802 está estudando esse tema no momento e acredito que o Estado também já deva ter,  
803 eventualmente, alguma metodologia. Não sei se já foi apresentado aqui ou não  
804 neste Conselho. Mas eu queria pedir ao conselheiro Julio, se possível, porque às  
805 vezes não temos como avaliar uma planilha sem um dado concreto, na prática. Eu  
806 também sei que não vai dar tempo, em uma planilha que deve ter alguns milhares  
807 de itens, ficamos estudando aqui em uma reunião do COPAM. Mas se pudesse  
808 encaminhar para nós uma planilha preenchida, por exemplo, com um caso real que  
809 tenha passado por licenciamento em um passado recente, detalhando cada etapa,  
810 como foi calculado, quais são os valores de referência em cada tabela, em cada  
811 fórmula, para que possamos fazer a nossa análise e tecer as considerações. Porque

812 às vezes pegar uma planilha toda zerada... Em um empreendimento de R\$ 100  
813 milhões de faturamento, como essas contas impacto e vai dar quanto o benefício ou  
814 o eventual prejuízo socioambiental? Eu estou aqui colocando só para pedir que haja  
815 um aprofundamento desses estudos seu e para que tenhamos dados concretos para  
816 avaliar. E se puder também encaminhar a planilha para que possamos fazer as  
817 nossas sugestões e críticas. E acredito também que o Estado possa dar sua  
818 contribuição nessa linha para que também possamos analisar a contribuição do  
819 Estado e fazer assim uma análise. Até para que, quando o setor produtivo se  
820 manifestar, 'olha, que está nessa planilha, na nossa opinião, é de acordo com a  
821 realidade' ou 'não, discordamos disso, disso, achamos que a planilha pode ser  
822 melhorada aqui e ali' etc.' Para que possamos fazer a nossa opinião abalizada e  
823 contribuir de maneira propositiva, como é nosso papel aqui no Conselho.”  
824 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu já entreguei para a SEMAD a cópia dessas  
825 planilhas completamente abertas, e elas devem ser enviadas para os conselheiros.  
826 Eu estou propondo para a SEMAD pegar um caso e fazer um estudo de caso. A  
827 SEMAD escolhe um caso para podermos estudar. Nesse caso, eu acho que o  
828 estudo poderia ser feito a seis mãos: a SEMAD, representantes da sociedade civil  
829 organizada em defesa do meio ambiente – eu me proponho a ajudar – e um  
830 representante da Fiemg. Eu gostaria que o representante da Fiemg fosse um  
831 economista, o que facilitaria muito. E nós podemos pegar um estudo de caso e  
832 trabalhar em cima dele. Vai ser um prazer. Eu acho que isso é uma coisa que tem  
833 que começar a ser desenvolvida, tem que começar a ser discutida. A planilha que  
834 eu estou apresentando não é olho santo, cada caso é um caso, nós vamos ter que  
835 ter planilhas diferentes para análises diferentes. Ali é um exemplo. Mas eu acho que  
836 nós poderíamos fazer um primeiro exercício e que a presença de um economista da  
837 Fiemg seria muito bem-vinda.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Parabéns,  
838 Grillo, eu gostei muito da apresentação, acho que nós temos que buscar esse  
839 caminho. Eu escrevi no chat e tenho sempre falado disso, eu penso que o que  
840 analisamos e vemos como tecnologias presentes às vezes são empecilhos para o  
841 desenvolvimento. E cito uma, especificamente, se me permitam: aterro sanitário. Eu  
842 sempre falei de aterro sanitário, inclusive aqui, porque nunca se fez o cálculo do  
843 valor presente dos prejuízos de um aterro sanitário. Por isso enterramos as  
844 tecnologias de tratamento de resíduos, porque contamos só com o valor presente  
845 do aterramento, não contabilizamos os impactos ambientais futuros, a viabilidade  
846 do local. E eu cito um exemplo, porque nós temos um exemplo muito bom de fazer:  
847 nós temos um aterro sanitário da BR-040 que hoje não opera, não recebe mais  
848 resíduos. O custo anual dele é de R\$ 15 milhões a R\$ 20 milhões. Esse custo será  
849 permanente e eterno para o cidadão belo-horizontino, e ninguém faz essa conta,  
850 ninguém faz a conta de quanto custa a tonelada de resíduo aterrado. Por isso o  
851 aterro é o motivo de inviabilidade de outras tecnologias, porque o custo de tratar via  
852 outras tecnologias é, certamente, próximo ao dobro, se subir um degrauzinho nas  
853 tecnologias. Portanto, eu acho muito momentâneo, muito bom, muito efetivo o que  
854 você propõe, Grillo. Parabéns pela proposição. Eu gostaria também de conhecer a

855 planilha, eu sei que é complexa, de uma complexidade muito maior do que se  
856 mostrou aqui na sua apresentação. Mas eu acho que é o caminho, nós temos que  
857 pôr valor nas coisas. Se gente trouxermos os impactos ambientais a valor presente,  
858 aí, sim, nós vamos saber se o empreendimento é viável ou não.” Presidente Marília  
859 Carvalho de Melo: “Só informar que as planilhas, bem como a apresentação estarão  
860 disponíveis no nosso site. Só uma observação, Rogério, até da sua fala, informar a  
861 todos os conselheiros que nós regulamentamos, no final do ano passado, por meio  
862 de um decreto, tratamento térmico no Estado de Minas Gerais. Como você muito  
863 bem disse e representa aqui uma instituição de grande respeito técnico na área de  
864 saneamento, entendemos a necessidade de ampliar o uso de tecnologias para  
865 disposição final de resíduos sólidos. Então o decreto foi publicado.” Conselheira  
866 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Parabéns, Julio, por essa apresentação.  
867 Como ambientalistas, nós sabemos dessa necessidade e urgência de fazer um  
868 verdadeiro estudo da sustentabilidade na perspectiva do que é colocado como o  
869 desenvolvimento sustentável, na terminologia adotada pela sociedade hoje. O que  
870 se percebe na realidade de Minas Gerais – e em outros lugares – é que se,  
871 realmente, sempre se tivesse tido um olhar de fazer uma verdadeira análise da  
872 sustentabilidade a partir dos três tripés – que são a questão social, ambiental e a  
873 questão econômica – e também no tempo e espaço, aqui agora e depois nas futuras  
874 gerações – que é o que está na Constituição Federal, o direito das futuras gerações  
875 também, não só o aqui agora nosso –, nós não teríamos as situações que temos em  
876 Minas Gerais, no Brasil e no planeta Terra de insustentabilidade ambiental e de  
877 colapsos em alguns lugares hídricos e, em alguns outros lugares, colapsos de outros  
878 tipos. Que são, inclusive, grandes prejuízos à economia e à sociedade. Nós  
879 sabemos onde estão os nós, sabemos e conhecemos, na realidade nua e crua, onde  
880 estão os nós. E geralmente o nó está precisamente quando a questão da economia  
881 olhar para essa planilha e fazer um olhar coerente com o que essa planilha disser.  
882 Por exemplo, quando olhamos o Quadrilátero, chamado Ferrífero, que chamamos  
883 ‘Aquífero’, a quantidade de barragens de rejeito que hoje se sabe de grande risco  
884 nunca teria chegado a esse cenário, em que já temos o rompimento que houve na  
885 bacia do Doce e agora o rompimento no Paraopeba, com todos esses prejuízos  
886 incalculáveis até para a própria economia, que depois ainda fica com situações  
887 como esse acordo. Ou seja, nós já teríamos evitado, já teríamos, com certeza, uma  
888 Minas Gerais verdadeiramente sustentável, não teríamos a caixa d’água do Brasil  
889 com vários territórios em Minas vivendo situações graves de escassez hídrica. E é  
890 realmente visionário no sentido de que, diante da realidade imposta, nós realmente  
891 precisamos continuar lutando para garantir que isso se torne realidade. Porque, se  
892 não é sustentável verdadeiramente, que não se faça. Desde quando é sustentável  
893 para Minas Gerais continuar com uma economia de exportação dos nossos bens  
894 minerais, que também vão ser necessários em algum momento para o futuro? Tem  
895 alguma lógica? Não tem. E se em Minas Gerais, realmente, essa lógica posta aí  
896 fosse tão sustentável, por que Minas Gerais vira e mexe alega que a sua economia  
897 está em crise e que tem problemas econômicos? Com tantas vocações incríveis que

898 Minas Gerais tem para outras alternativas de economia, como indústria realmente  
 899 que agregue valor, que não seja de exportação. Parabéns por você ter insistido em  
 900 fazer essa apresentação. Está constando nos anais do Plenário do COPAM que se  
 901 trouxe uma reflexão coerente com o que tem que trazer para contrapor o que vemos  
 902 o tempo inteiro, como hoje mesmo escutamos nesta reunião que Minas Gerais é um  
 903 exemplo, até para o Reino Unido, de uma atividade sustentável. E nós sabemos a  
 904 realidade que estamos vivendo no nosso território. Então eu agradeço. Essa  
 905 planilha, no dia em que for transformada em prática, nós estaremos com o caminho  
 906 para Minas Gerais realmente, verdadeiramente, sustentável.” Presidente Marília  
 907 Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheira. Só informando que o decreto de  
 908 tratamento térmico é o 48.107, de 29/12/2020. Antes passar ao próximo, conselheira  
 909 Maria Teresa, não houve necessidade de insistência do conselheiro Julio para que  
 910 essa pauta ocorresse. Eu, inclusive, pessoalmente, antes estar nesta posição como  
 911 secretária de Estado, várias vezes em que ele mencionou em reuniões do COPAM  
 912 a análise de sustentabilidade, pedi que ele me passasse o material, para que  
 913 avaliássemos juntos. A primeira reunião que o presidi foi no ano passado, e estamos  
 914 fazendo hoje, conselheira, uma reunião extraordinária para ouvir a proposição do  
 915 conselheiro. Portanto, não houve insistência.” Conselheira Lidiane Carvalho de  
 916 Campos: “Eu queria parabenizar o Grillo pelo trabalho desenvolvido. Eu estou  
 917 fazendo uma pós-graduação atualmente em meio ambiente e sustentabilidade e sei  
 918 que esse tema é cada vez mais latente em nossa sociedade, que precisamos  
 919 avançar muito ainda com base nesse tripé. Como o trabalho do Grillo afeta  
 920 diretamente as obras públicas também, eu gostaria de colocar a Seinfra à disposição  
 921 e solicitar que nós pudéssemos participar desse trabalho que vai ser desenvolvido  
 922 com o Grillo, a SEMAD e a Fiemg.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada  
 923 pela manifestação, e nos encaminhamentos discutiremos sobre os próximos passos  
 924 a partir da apresentação do conselheiro.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello:  
 925 “É interessante que sempre temos uma posição pela sustentabilidade, pelo tripé,  
 926 que não se pese um mais do que os outros. Eu acho esse trabalho bastante  
 927 complexo, que não é uma coisa de agora, que é uma coisa vai demandar muito  
 928 tempo. Não creio que consiga ser desenvolvido com um economista, um exemplo  
 929 dado. Porque é preciso definir também o escopo. O que eu estou querendo dizer  
 930 com escopo? Nós vemos, por exemplo, as teorias da economia ambiental etc. Qual  
 931 o valor de uma árvore cortada, qual é o valor de um bem ambiental qualquer? Essa  
 932 coisa da valoração. Isso é complicadíssimo. Então temos que definir o que vai ser  
 933 trazido. Da mesma forma, os impactos diretos e indiretos no meio ambiente são  
 934 complexos, e os impactos diretos e indiretos sociais e econômicos também são  
 935 completos. Eu traço um paralelo na área rural, por exemplo. Quando se tem uma  
 936 situação que gera renda para o produtor rural, tem impactos fantásticos, como, por  
 937 exemplo, na educação. Quando você gera renda, você traz a educação, quando  
 938 você gera renda você traz nutrição, alimentação, você chega a praticamente todos  
 939 aqueles objetivos de desenvolvimento sustentável. Tem até um estatístico – ele  
 940 faleceu no ano passado ou retrasado –, o Hans Rosling, grande estatístico,

renomado no mundo. Ele tem um vídeo, 'The washing machine'. Resumindo, da máquina de lavar que a mãe dele comprou, saíam livros. Uma brincadeira dele. Ao invés de sair roupa limpa, saíam livros. Porque a mãe dele gastava praticamente o dia todo lavando roupa e, quando comprou uma máquina de lavar – conseguiu isso por meio de renda –, passou a comprar livros, passou a educar o filho dela, o filho dela foi para a escola e virou esse grandessíssimo estatístico, renomado no mundo. Então qual é o valor disso? Por isso que nós temos que definir essa questão do escopo e que seja igual, que os limites sejam equânimes para esse tripé, nem tanto um nem tanto os outros. Vamos ver o que vai virar isso, que vai ser um grande desafio, e ver como compatibiliza com o econômico também, porque alguém tem que pagar a conta.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “As grandes reflexões são momentos extremamente importantes e estão muito associadas a um tempo em que o fazer das coisas tem um planejamento e a execução. O nosso ritmo do dia a dia é pautado muito pela execução, porque a rotina de encaminharmos todas as coisas é bastante complexa. Com a quantidade de demanda que existe, associada à gestão das necessidades da sociedade, através das atividades econômicas que têm impactos e consequências em todas as outras atividades, inclusive nas questões socioambientais. Mas as reflexões precisam ser feitas por trás desse encaminhamento rotineiro – e que foram objeto da fala do conselheiro Julio –, ainda que possam ser consideradas adequadas, superficiais ou profundas ou inadequadas, são pertinentes pelo fato de que levantam questões que precisam ser trabalhadas. Porque, quando você volta ao ponto do planejamento e de uma reflexão que possamos fazer as coisas e melhorar, é bastante válido o que foi pontuado. De fato, aprofundar isso é bastante complexo. Provavelmente, nem muitas cabeças ou muito tempo são suficientes para poder fazer todo um trabalho que estaria associado a essa reflexão, mas é preciso que seja feita.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Até corroborando com algumas falas da Ana Paula Mello, da Faemg, primeiro eu fico muito satisfeito em ver que o assunto sustentabilidade chegou para ser discutido no COPAM. Por que eu digo isso? Porque quando participamos das discussões dos processos de licenciamento ambiental nos parece que o único ponto a ser discutido é meio ambiente, que não tem as outras duas esferas, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. E coitado do empreendedor que chegar a uma reunião de COPAM e levantar questões econômicas do empreendimento dele. Ele vai ser rechaçado por alguns conselheiros, como já ocorreu algumas vezes. E quando vamos trabalhar de sustentabilidade a primeira coisa que temos que ter em mente, a meu ver, é que temos uma Constituição da República com 250 artigos, e em alguns casos parece que, nas discussões que nós ouvimos dentro do COPAM, de alguns conselheiros, é que só existe um: só o 225. Parece que alguns se esquecem de que a nossa Constituição da República tem outros pressupostos, que são totalmente ligados ao conceito de sustentabilidade. Como, por exemplo, podemos citar a ordem econômica, presente no artigo 170; a função social da propriedade, direito ao pleno emprego, livre iniciativa, erradicação da pobreza, ordenação territorial urbana,

984 política agrícola e desenvolvimento nacional, que está até no preâmbulo da nossa  
985 Constituição. E eu entrei nesse ponto e até estou lembrando aqui, na semana  
986 passada, tivemos a eleição do Senado Federal, em que um mineiro foi vencedor  
987 para presidente do Senado, e ele mencionou muito no seu discurso sobre o Estado  
988 democrático de direito. E dentro disso ele colocou, inclusive, que a atuação dele  
989 seria baseada no trinômio da saúde pública, desenvolvimento social e crescimento  
990 econômico. Então quando formos tratar de meio ambiente, tratar do artigo 225 da  
991 Constituição, temos que lembrar que existem outras coisas. E até dentro deste  
992 nosso Estado democrático de direito nós temos que pensar também que não dá  
993 para pensar em política pública sem garantir vários direitos, como, por exemplo,  
994 contraditório e ampla defesa, direito de não recair sobre o cidadão nenhuma  
995 obrigação que não tenha sido criada por lei, direito à propriedade privada, respeito  
996 ao direito adquirido, ato jurídico perfeito de coisa julgada, duração razoável do  
997 processo e os princípios da administração pública. Então eu fico muito feliz de ouvir  
998 uma discussão voltada para a sustentabilidade, para podermos entrar nesses outros  
999 dois pontos da sustentabilidade. Lembrando até que tem autores que colocam mais  
1000 dois, como o caso do Juarez Freitas, que coloca ainda os pilares jurídico e políticos,  
1001 mas que não vêm ao caso aqui. E até entrando no que o Rogério mencionou sobre  
1002 os aterros sanitários, de se utilizar um desse tipo de empreendimento como primeiro  
1003 empreendimento a fazer um teste dessa proposta de análise de sustentabilidade  
1004 feita pelo Julio Grillo, eu acho importante também lembrar que, primeiro, que eu  
1005 entendo que o aterro sanitário é uma forma adequada de destinar resíduos, apesar  
1006 de existirem outras, e o Estado de Minas Gerais avançou muito com o Decreto  
1007 48.107, permitindo algumas formas de tratamento térmico dos resíduos. Entendo  
1008 que para chegarmos ao máximo de aproveitamento disso faltaria somente mesmo  
1009 a alteração da nossa lei estadual, que ainda proíbe a incineração, o que ainda  
1010 acabaria por retirar mais pressão sobre esses aterros sanitários.” Conselheira Maria  
1011 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu só me inscrevi de novo porque a secretária se  
1012 referiu ao que eu parabenizei o Julio Grillo. Secretária, antes de a senhora assumir  
1013 como secretária, eu já escutava o Julio, tanto no Plenário do COPAM quando na  
1014 CMI, trazendo essa demanda, a necessidade de se tratar a questão da  
1015 sustentabilidade. Então eu estava me referindo à insistência do Julio de trazer e  
1016 dizer da importância de trazer esse tema, eu não estava me referindo à sua gestão,  
1017 iniciada no ano passado. E lembrando que na temática sustentabilidade, quando  
1018 olhamos para a realidade, dos três tripés, a economia é a que está sendo muito mais  
1019 considerada quando se trata de licenciamento. Disso não há sombra de dúvida. As  
1020 questões ambientais e sociais no sentido realmente sinérgico e amplo são as  
1021 situações que nunca são consideradas no tripé e que deveriam ser consideradas. E  
1022 o resultado é a própria realidade. A própria realidade nossa do Brasil, de Minas  
1023 Gerais e do planeta Terra é a maior prova de que não se está fazendo realmente  
1024 um desenvolvimento sustentável e que o que tem, na realidade, sido considerado é  
1025 a questão econômica, o interesse econômico. Porque se realmente estivesse sendo  
1026 feito da forma como o Julio apresentou na proposta, com certeza, nós não



1027 estaríamos envolvidos com as alterações climáticas, com todas as questões  
1028 hídricas, de desmatamento e todo esse universo de que todos nós sabemos qual é  
1029 a realidade em uma sociedade que na realidade está cada vez mais doente e cada  
1030 vez com menos condições de uma vida saudável, porque o meio ambiente não tem  
1031 sido considerado. E nós estamos aqui como ambientalistas para trazer essa voz.”  
1032 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Estando aqui no COPAM representando  
1033 a Câmara do Mercado Imobiliário, eu primeiro preciso pontuar que é muito  
1034 interessante a proposta que o Julio, apesar das dificuldades operacionais que ela  
1035 contém. Eu acho que o primeiro ponto é que eu preciso trazer exemplo de dentro de  
1036 casa. É uma coisa básica quando estamos tratando de negócios imobiliários. Se vou  
1037 fazer uma pergunta com loteamento, se vou fazer a permuta de apartamento, a  
1038 primeira premissa que eu tenho – estou falando da relação interna, não da relação  
1039 do poder público com a sociedade; é entre sócios –, eu jamais posso partir da lógica  
1040 da avaliação do imóvel para estabelecer a negociação com o meu sócio.  
1041 Simplesmente porque a fonte de briga é mais imediata e instantânea na discussão.  
1042 Então por isso que o normal dentro de uma parceria é que se estabelece percentual  
1043 ou número de apartamento, porque trabalhando terra por terra ou produto por  
1044 produto a coisa é mais fácil de se avaliar. E aí eu estou colocando isso porque, de  
1045 fato, na minha percepção, se tivéssemos um caminho conhecido, certo, notório e  
1046 sabido para avaliar e quantificar as questões sociais, as questões ambientais, era  
1047 por esse que teríamos que seguir. Lógico. Só que em geral nós não temos, e é por  
1048 isso que nós terminamos presos ao processo discursivo. É aquela questão que já  
1049 tentaram, por diversas vezes, de colocar a discussão judiciária em mão de robôs,  
1050 de autômatos, computadores, e isso nunca evoluiu bem. É de natureza de relações  
1051 humanas a questão do direito. Posto isso, eu acho a iniciativa muito válida e acho  
1052 que algum avanço nós vamos em questões que sejam mais fáceis de quantificar ou  
1053 de estabelecer novos parâmetros que ainda não tínhamos alcançado. Fora isso, eu  
1054 acho muito importante colocar a relação constitucional. É muito fácil tratar do artigo  
1055 225, que é direito de meio ambiente, mas é necessário enxergar que o artigo que  
1056 estabelece campo constitucional para o que nós estamos fazendo é o 170, que tem  
1057 um nome infeliz, que é do direito econômico. E por que infeliz? Porque fica  
1058 parecendo que é o direito do dinheiro, e não é disso que se trata. O conteúdo do  
1059 artigo 170 é a regulação das atividades econômicas e/ou a regulação daquilo que é  
1060 atividade particular, porém, sujeita a controle estatal. E é por isso que o artigo 225  
1061 se filia a ele, porque é um dos aspectos. Por exemplo, quando nós estamos tratando  
1062 de áreas urbanas, junto com o 225, nós temos que considerar – além do 170, que é  
1063 o que distribui essas competências de análise – o 182 e o 183. Quando estamos  
1064 tratando de área rural, considerar o 184 e seguintes, que tratam da política agrária.  
1065 E ainda há outros aspectos, como relação de trabalho, assistência social e por aí  
1066 vai. É interessante que muito disso está contido na planilha. Muito importante o que  
1067 o Julio colocou. Uma análise como essa, que tem um caráter que acaba sendo, até  
1068 por ser experimental, muito acadêmico, tem que ser trazido aqui ao Plenário, isso  
1069 não pode ser trazido dentro da discussão desse ou daquele processo. Aí é aquela

1070 grande divergência ou diferença entre princípio de prevenção e precaução. Eu gosto  
1071 de usar até, para definição, uma anedota plagiada por um professor de direito  
1072 ambiental. Ele perguntou para os alunos: ‘Você sabe me dizer qual é a diferença  
1073 entre prevenção e precaução?’ E um dos alunos se levantou: ‘Eu sei, professor.’ E  
1074 o aluno colocou o seguinte. ‘Vamos partir de um fato: existe Aids no mundo.  
1075 Prevenção: eu vou usar camisinha. Precaução: eu vou parar de fazer sexo.’ O que  
1076 eu coloco é: o excesso da precaução é paralisante, e a paralisia é tão danosa à  
1077 sociedade e ao meio ambiente quanto o excesso de ação. Então eu acho iniciativa  
1078 extremamente válida, muito importante, e gasta esse acautelamento para que não  
1079 fiquemos presos a velhas discussões. Por exemplo, quanto vale a mata em pé?  
1080 Todo mundo acha que é um consenso que vale. Nunca conseguimos quantificar.  
1081 Seria extremamente positivo que conseguíssemos, até para poder vender para o  
1082 dono da mata em pé. É o que começou a fazer a Lei de Pagamento por Serviços  
1083 Ambientais. Aí é uma outra modalidade do negócio imobiliário. Quando você tem  
1084 uma disputa com o seu sócio de ‘não sei quanto vale esse patrimônio que é nosso’,  
1085 a melhor solução: ‘Vamos vender e dividir o dinheiro.’ Aí quem vai dizer quanto vale  
1086 é o mercado, é a prática. Muito do que conseguimos fazer em termos de meio  
1087 ambiente é feito dessa maneira. Nós não podemos ficar no campo da ciência pura,  
1088 nós temos que estar sempre olhando para o campo da ciência aplicada. Essa é a  
1089 consideração.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro  
1090 Manetta, pelas suas reflexões. Comentávamos aqui que suas reflexões sempre são  
1091 muito carregadas de conteúdo e sempre muito adequadas à reflexão geral deste  
1092 Conselho. Obrigada pela sua participação.” Conselheiro Juliano Alves Pinto: “Em  
1093 primeiro lugar, agradecer ao conselheiro Julio Grillo pela proposta, muito bem  
1094 fundamentada academicamente. Eu colocaria a Secretaria de Desenvolvimento  
1095 Econômico à disposição para poder se somar nos esforços de apreciação, quem  
1096 sabe talvez confrontando com modelos consagrados mundo fora que possam servir  
1097 de benchmark também. E em segundo lugar apenas um pequeno comentário sobre  
1098 a fala da conselheira Maria Teresa a respeito da apreciação do governo do Reino  
1099 Unido sobre a importância de Minas Gerais no âmbito subnacional. Para dizer que  
1100 diplomatas, geralmente, se baseiam em dados objetivos. Trata-se de um serviço  
1101 extremamente reconhecido do país sede da próxima Conferência das Partes do  
1102 IPCC, a conferência nº 26, em Glasgow. Então não se trata de apenas articulação.  
1103 Pelo contrário, é de conhecimento de causa, são conversas que vêm sendo  
1104 avançadas através do repasse de informações e de apreciação feita pela  
1105 Embaixada do Reino Unido do Brasil.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu  
1106 resolvi falar porque me instigou, e até a fala do Manetta também me instigou muito  
1107 mesmo. Eu acho que é ‘usar camisinha’, Manetta. E o que propõe o Grillo é  
1108 exatamente isso, ou seja, prevenção. E acho que da mata queimada nós sabemos  
1109 o valor quando está queimada, ou seja, sabemos o prejuízo que causou o incêndio.  
1110 É a mesma coisa que aconteceu com Mariana e Brumadinho. Nós vamos fazer a  
1111 planilha do Grillo, estamos fazendo e vamos fazer por 10 ou 15 anos. Só daqui a 15  
1112 anos nós vamos saber quanto custou Mariana e quanto custou Brumadinho. E aí eu

1113 volto ao aterro sanitário. Por quê? Um aterro sanitário é uma construção igualzinho  
1114 a uma barragem por alteamento a montante. Se não for bem operado, acontece a  
1115 mesma coisa. Nós temos em Belo Horizonte um aterro que, por acaso, é bem  
1116 operado, está completo, está cheio, mas tem 80 m de barragem ali. E nós temos o  
1117 bairro Jardim Califórnia com quase 100 mil habitantes a jusante. O que eu falo sobre  
1118 aterro sanitário pode parecer coisa na lua, mas nós já tivemos em Contagem gente  
1119 condenada em um problema grande com aterro, com lixão de Contagem. É por isso  
1120 que eu estou sempre alertando. Acho que o aterro sanitário ainda é a tecnologia que  
1121 existe e que é aproveitável. Sim, concordo com a fala anterior também, entretanto,  
1122 temos que buscar outras. Nós vamos ter problemas parecidos com Mariana e com  
1123 Brumadinho nos aterros sanitários, e vai ser em breve.” Conselheiro Julio Cesar  
1124 Dutra Grillo: “Faltou algum esclarecimento entre a Marília e a Teca sobre essa  
1125 questão da minha proposta. A Teca tem razão. Eu estou propondo que se discuta  
1126 análise de sustentabilidade nos Conselhos desde 2018. Propus algumas vezes no  
1127 COPAM, propus algumas vezes na Câmara de Atividades Minerárias. Mas só  
1128 quando a Marília entrou e, quando ela entrou, imediatamente ela se colocou à  
1129 disposição de discutir o assunto. Então eu acho que o grande passo foi dado pela  
1130 Marília, mas esse assunto tem sido colocado há mais tempo. A Marília realmente  
1131 me procurou, pediu que eu indicasse para ela o material para que ela estudasse,  
1132 tentou se aprofundar no assunto realmente, e acho que deve ter conseguido mesmo.  
1133 Então só para dizer que o assunto está colocado desde 2018, mas que o papel da  
1134 Marília foi importantíssimo. Sobre a questão de valores, essa realmente é a parte  
1135 mais complexa. É aquele negócio, quanto vale a mata em pé, quanto vale o córrego,  
1136 quanto vale a nascente, quanto vale a mata ciliar, quanto vale a perda imaterial,  
1137 cultural de uma pequena comunidade. São muitas coisas difíceis de se colocar valor,  
1138 mas nós temos que começar. E sabendo que ao colocar um valor feito esses, ao  
1139 longo do tempo, ele será alterado, será melhorado. Isso é uma técnica que na área  
1140 de informática chamamos de refinamento sucessivo. Colocamos o modelo e, com o  
1141 aprendizado no uso do modelo, vamos alterando o modelo, fazendo o refinamento  
1142 sucessivo. Isso se aplica às planilhas, mas se aplica principalmente aos valores  
1143 colocados na planilha. Com relação ao Rogério, da Abes, infelizmente, nós estamos  
1144 fazendo, em vez de uma anamnese, uma autópsia, mas eu acho que um estudo, no  
1145 caso de um aterro sanitário, um estudo da sustentabilidade, seria muito interessante  
1146 e muito importante para que pudéssemos planejar os passos futuros, mesmo sendo  
1147 uma autópsia e não uma anamnese.” Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: “Com  
1148 relação à proposição do conselheiro Julio de designarmos um economista, eu queria  
1149 só pedir, eventualmente, no primeiro plano, que nos fosse enviada uma planilha para  
1150 que possamos até fazer uma análise, de preferência, já preenchida com o caso  
1151 concreto, para que possamos dar as contribuições. E depois, sim, o nosso pessoal  
1152 técnico. Não um economista, pois aqui nós temos um departamento com vários  
1153 PHDs em economia, e na área do direito ambiental também temos um  
1154 departamento. Nós temos um sistema que foi contratado, assim que eu assumi aqui,  
1155 que usa a base de microdados do IBGE e que pode simular o impacto econômico

1156 de qualquer empreendimento sobre as várias vertentes. Aí não é uma planilha, é  
1157 toda a metodologia utilizada pelo IBGE, desenvolvido para nós pela USP e a  
1158 Universidade Federal de Juiz de Fora. É um modelo macroeconômico que, com  
1159 base nos microdados e na cadeia de insumo e produto, consegue analisar o impacto  
1160 econômico e também sobre diversas óticas de qualquer empreendimento de maior  
1161 porte. Claro que não dá para fazer, devido ao custo, um cálculo de empreendimento  
1162 de pequeno porte, mas dos empreendimentos de maior monta nós conseguimos  
1163 fazer. E podemos contrapor esse estudo até mesmo à planilha e utilizar a base de  
1164 dados desse estudo, eventualmente, para contribuir com a planilha e fazer teste.  
1165 Mas nós teríamos que ter um case concreto pelo menos para fazer análise e algo  
1166 mais sustentável. Eu queria também aproveitar e pedir que a Fiemg possa  
1167 apresentar todos os avanços feitos no meio ambiente do Estado de Minas Gerais  
1168 ao longo dos 30 anos que tiveram atuação efetiva da Fiemg, seja melhoria da  
1169 produtividade da nossa indústria, que com certeza reduz o consumo de insumos  
1170 ambientais, sejam medidas mitigatórias de impactos ambientais, seja de reutilização  
1171 de insumos, de reutilização de água, reciclagem, iniciativas que a Fiemg fez em  
1172 várias frentes, inclusive, com a fiscalização preventiva no setor industrial; iniciativas  
1173 que trouxeram maior responsabilidade ambiental, iniciativas que reduziram as  
1174 autuações ambientais no nosso Estado, iniciativas que mitigaram muito o impacto  
1175 ambiental da indústria de Minas Gerais. Nós temos condição de trazer aqui um  
1176 arcabouço muito sólido, inclusive dos apoios nossos nas legislações, citando como  
1177 última a Política Nacional de Barragens, em que a Fiemg atuou de maneira ativa  
1178 pela aprovação da lei com o reconhecimento público dos dois relatores, tanto na  
1179 Câmara quanto no Senado, nos seus discursos, citando a Fiemg como a instituição  
1180 que mais atuou na elaboração dessas leis e nas sugestões de medidas que  
1181 pudessem beneficiar. Se a secretária permitir, nós podemos apresentar aqui essa  
1182 ampla contribuição do setor produtivo, que não foi feita apenas pela Fiemg, mas por  
1183 todas as entidades representativas e também por vários membros deste Conselho  
1184 e também pelo próprio poder público, já que muitas dessas iniciativas tiveram origem  
1185 no poder público e houve o engajamento da sociedade produtiva organizada, no  
1186 caso, representada pela Fiemg. Então eu queria colocar esse ponto em pauta para  
1187 que possamos fazer uma apresentação na próxima reunião, para os conselheiros,  
1188 porque eu acho que nós temos muito a celebrar, muito a comemorar dos avanços  
1189 que foram feitos no meio ambiente do nosso Estado. E eu acredito que é hora de  
1190 fazer e de reconhecer aquelas pessoas e aquelas entidades e também o próprio  
1191 poder público nos inúmeros avanços, inclusive as ONGs, que muitas vezes  
1192 contribuíram com esse processo. O que eu vejo hoje é um meio ambiente muito  
1193 melhor, muito mais sustentável do que 30 anos atrás. Então eu tenho certeza da  
1194 contribuição de todos para esse processo e quero aqui trazer os dados e colocar à  
1195 disposição de todos.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro  
1196 Flávio. Eu já solicitei à Secretaria Executiva que inclua esse ponto de pauta do seu  
1197 pedido na próxima reunião, que se realizará dia 10 de março.” Rodrigo  
1198 Ribas/SEMAD: “Senhores conselheiros, muito boa tarde. Eu queria primeiro, Julio,

1199 te agradecer pela constante provocação. Na última CMI, nós estivemos juntos, eu  
1200 me despedi de você agradecendo pela provocação. Eu não sabia que eu estaria  
1201 aqui hoje ouvindo uma apresentação sua. Já que nós temos um tratamento que é  
1202 mais ou menos pessoal, eu queria começar fazendo uma brincadeira. A ideia é um  
1203 pouco maluca, o que você resolveu propor aqui, mas maluca no bom sentido,  
1204 maluca porque chacoalha o sistema, faz com que a forma como pensamos a análise  
1205 dos empreendimentos, do licenciamento ambiental e da gestão ambiental no Estado  
1206 de Minas Gerais seja mais apurada. É uma maluquice porque tem 30 anos que eu  
1207 estou ouvindo falar de valoração de bens ambientais, e até hoje ninguém nunca  
1208 conseguiu apresentar o valor final, o que mostra que é um desafio absoluto em  
1209 relação à sua proposta de trazer para nós. Eu queria considerar duas coisas. A  
1210 primeira coisa é o seguinte. Por que eu falo que a proposta é maluca? É maluca  
1211 porque ela muda a lógica como a própria Constituição e a Lei 6.938 trabalharam ao  
1212 longo desses anos. Desde 1981, nós temos uma lógica de análise ambiental,  
1213 estabelecida pela Política Nacional de Meio Ambiente, que não trata de valor. Em  
1214 que pese ela utilizar o princípio do poluidor/pagador como obrigado a indenizar pelos  
1215 danos acontecidos, ela não trata da lógica da valoração do bem, da valoração do  
1216 serviço prestado, da valoração do empreendimento que está sendo proposto. Então  
1217 nós teríamos que mudar na estrutura com que o país inteiro e Minas Gerais dentro  
1218 trabalhou o licenciamento ambiental e a gestão ambiental, a gestão da  
1219 sustentabilidade dentro do seu território. Nós teríamos que fazer uma alteração  
1220 muito profunda em relação a isso, começar a pensar que existem critérios mais  
1221 objetivos do que os critérios que são avaliados atualmente. Atualmente, nós  
1222 fazemos exatamente o que você pediu, uma balança entre positivo e negativo, só  
1223 que é uma balança entre impactos positivos e impactos negativos e não valores  
1224 positivos e negativos. E no tripé de avaliação nós nos baseamos muito no social,  
1225 físico e biótico e não necessariamente no econômico e social. Nós sempre falamos  
1226 'não me interessa quanto custa tal empreendimento, só vai interessar quanto custa  
1227 um empreendimento para as compensações que são pecuniárias'. E nós vamos ter  
1228 que mudar essa lógica e perceber isso de uma maneira diferente. Eu acho que é  
1229 uma matéria muito bacana. A segunda coisa é o risco que isso traz. E o risco que  
1230 traz para mim também tem duas vertentes. O primeiro é começarmos a trabalhar  
1231 com uma tabela, uma matriz econômica, uma matriz de valores como princípio de  
1232 sustentabilidade no Estado de Minas Gerais. Isso é muito arriscado. Então nós  
1233 precisamos muito ter o cuidado de não minimizar a nossa avaliação no  
1234 preenchimento de uma tabela com valores positivos e negativos. As atividades de  
1235 utilidade pública que causam impactos são positivas ou negativas? Quando você  
1236 fala, na sua apresentação, 'causa dano à sociedade', eu queria saber quanto que  
1237 causa de dano à sociedade. Mas uma atividade de utilidade pública é, por princípio,  
1238 benéfica à sociedade. Então mesmo os impactos negativos dessa atividade de  
1239 utilidade pública deverão ser pensados como positivos nessa valoração. Não existe  
1240 a possibilidade de eu pensar uma rodovia ou uma estação de tratamento de esgoto  
1241 que não seja pelo viés do que ela traz de benefício ao longo dos anos à sociedade

1242 e não necessariamente só do custo, da valoração da degradação ambiental causada  
1243 momentaneamente. Então nós temos que tomar muito cuidado em relação a isso  
1244 para não minimizar valores absolutos, porque esses valores têm que ser  
1245 relativizados. E a segunda coisa é em relação aos valores intangíveis. Você falou  
1246 mais de uma vez ‘quanto é a perda de uma determinada característica cultural’. Em  
1247 primeiro lugar, na antropologia não se estabelece a mudança cultural como uma  
1248 perda. Eu vim das ciências humanas, sou geógrafo, e não estabelecemos isso como  
1249 perda, mas como um processo de ganho e de alteração da cultura, que é natural  
1250 das sociedades. É quando olhamos de fora uma determinada cultura que temos  
1251 esse entendimento de que aquela cultura é imutável e não pode alterar nunca e  
1252 qualquer mudança será um prejuízo, o que não é verdade. É preciso olhar a partir  
1253 de dentro dessas culturas para que elas estabeleçam se aquela alteração é perda  
1254 ou ganho. Deixar de fazer uma determinada manifestação e passar a ter outro tipo  
1255 de manifestação cultural, isso tem que ser avaliado de dentro do próprio grupo  
1256 cultural para saber se é perda ou ganho. Para dar notícia só de um valor intangível.  
1257 Quanto é que se perde, quanto é que se ganha nessas alterações? Eu acho que vai  
1258 ser um desafio grande, eu ia falar megalomaniaco, um trem de gente doida. Mas eu  
1259 acho que é um trem de gente doida que nos fez ter um processo de licenciamento  
1260 tão bacana em Minas Gerais. Nós sabemos que, apesar das críticas, Minas Gerais  
1261 saiu na frente do licenciamento ambiental e criou condição e forma de fazer que hoje  
1262 é absorvida no país inteiro. A Bahia tem um sistema parecido com o nosso, Goiás  
1263 tem um sistema parecido com o nosso, a própria União em algumas coisas acaba  
1264 se aproximando de nós. Tivemos uma participação muito grande na Abema nos  
1265 últimos anos em relação a isso, inovamos em várias coisas. Por exemplo, fator  
1266 locacional. Quando é que íamos avaliar um determinado empreendimento na sua  
1267 condição local? Então eu acho que nós estamos no caminho de criar coisas grandes.  
1268 Eu queria te agradecer pela provocação, deixar também a manifestação aqui de  
1269 que, por favor, tenha cuidado, não vamos transformar a tabela em absoluto, de jeito  
1270 nenhum, ela tem que ser uma base de análise, mas não ‘a base’ de análise. A Marília  
1271 já nos mandou prestar atenção e estudar, a Marília é muito estudiosa. Isso é um  
1272 problema sério, Grillo, porque aí não temos escolha de não ser junto, então vamos  
1273 ter que estudar muito e participar. Claro, a SEMAD, a Suram está sempre à  
1274 disposição para compor e tratar das coisas melhor.” Presidente Marília Carvalho de  
1275 Melo: “Eu queria, Julio, primeiro, te agradecer. De proposições ousadas – para usar  
1276 uma outra palavra, além da palavra que o Ribas utilizou – é que nós criamos o fator  
1277 locacional. Eu era analista de outorga do IGAM e estava aqui no COPAM assistindo,  
1278 na época, ao José Claudio trazer essa discussão de fator locacional. E hoje nós  
1279 estamos com isso implementado. Mas entendendo qual é o momento de cada coisa,  
1280 sabendo da necessidade ainda de testar a metodologia proposta, como colocado  
1281 pelo conselheiro Flávio, da Fiemg, e por vários outros, dizendo que a metodologia  
1282 posta neste momento, de fato, não é um instrumento do licenciamento ambiental,  
1283 mas pode ser um primeiro momento de discussão para, no futuro, haver uma  
1284 avaliação mais ampla do processo administrativo de licenciamento ambiental, que

1285 hoje tem todo um rito estabelecido em normas legais e infralegais no Estado de  
 1286 Minas Gerais e no Brasil como um todo. Então qual é a minha proposta de  
 1287 encaminhamento? Eu já designei o nosso subsecretário Diogo que coordene esse  
 1288 trabalho em nome da SEMAD. Nós vamos, em um primeiro momento, fornecer as  
 1289 informações para que possa rodar um piloto, como você mesmo diz, porque, muito  
 1290 provavelmente, você não rodou o piloto porque nem todas essas informações estão  
 1291 como deveriam estar, públicas. Mas o Diogo será seu ponto focal para lhe passar  
 1292 essas informações, discutir com você. E a partir desse piloto nós agregamos uma  
 1293 análise junto com a Seinfra, que já se colocou aqui à disposição, e outros  
 1294 conselheiros. Então o Diogo vai conduzir esse assunto em nosso nome, ele entra  
 1295 em contato com você para os devidos desdobramentos. E no momento oportuno  
 1296 convida as demais instituições que colocaram aqui à disposição para contribuir. Eu  
 1297 acho que foi o Enio que falou sobre isso, nós temos universidades aqui, a professora  
 1298 Lavínia, nossa reitora da Uemg, está aqui presente. Eu acho que, até do ponto de  
 1299 vista metodológico, as universidades têm muito a contribuir na consolidação de uma  
 1300 proposta. Então eu queria, Julio, agradecer mais uma vez a sua provocação a este  
 1301 Conselho.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Marília, eu só gostaria de  
 1302 agradecer à SEMAD e a você pela receptividade em relação à ideia e me colocar  
 1303 100% disponível para poder trabalhar com vocês no aprofundamento da ideia, no  
 1304 detalhamento, da forma que vocês acharem melhor. Novamente, muito obrigado.”

1305 **6) ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E CORREDORES ECOLÓGICOS.**  
 1306 **Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Antônio Augusto Melo  
 1307 Malard, Cláudio Vieira Castro e Daniela Souza, do Instituto Estadual de Florestas,  
 1308 fizeram apresentações ao Plenário do COPAM sobre áreas de conservação e  
 1309 corredores ecológicos e áreas protegidas em geral. A Presidência informou que as  
 1310 apresentações foram pautadas a partir de solicitação do conselheiro representante  
 1311 da ProMutuca. O conteúdo das exposições foi disponibilizado no site da SEMAD.

1312 Manifestações. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradecer ao IEF a  
 1313 apresentação na pessoa do Antônio Malard, diretor-geral, e dos seus diretores  
 1314 Daniela e Cláudio.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Só deixar um abraço  
 1315 afetuoso para o Cláudio e o Antônio Malard. Eu me senti lisonjeado de ser amigo  
 1316 dos dois. Que apresentação. Lamento ela ficar restrita a nós conselheiros. Se você  
 1317 me permitir, e houver possibilidade de mandar o vídeo, eu queria colocar em nosso  
 1318 portal. Eu achei excepcional a fala dos dois, contagiante. E queria aproveitar a  
 1319 oportunidade para convidar o Antônio e o Cláudio para fazer a abertura, junto com  
 1320 o nosso presidente da AMM, no dia 22, às 9h, quando vamos fazer a nossa  
 1321 capacitação para as unidades de conservação municipais. Eu quero deixar em  
 1322 público o nosso convite prévio para vocês dois.” Presidente Marília Carvalho de  
 1323 Melo: “Esclarecer também que as apresentações ficam todas disponíveis no nosso  
 1324 site, então, público, de acesso a todos.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu  
 1325 queria parabenizar o Malard, o Cláudio e a Daniela pela apresentação. Muito boa,  
 1326 realmente. Apesar de que a parte exclusiva de corredores ecológicos ficou um  
 1327 pouco resumida em relação ao resto, mas a apresentação está muito boa. Eu

acompanhei esse trabalho em 2018, quando o IEF fez os primeiros estudos de corredores, e realmente estava um trabalho muito bem feito, até onde eu consegui acompanhar. Depois eu não acompanhei mais. Eu tenho uma ótima expectativa disso. O meu receio é só o tempo. Enquanto os corredores não estiverem formalizados, o que se diz por aí – inclusive, a própria Fiemg disse algumas vezes –, ‘eles não existem’. E eles existem, de fato, os corredores existem, estão ali e existem há milênios. Nós temos é que reconhecê-los. E se não reconhecermos os corredores em um prazo curto nós vamos perdê-los, porque a pressão é imensa. E tem muita gente, muitas instituições que são contra a existência dos corredores. E se eles não forem aprovados, com o tempo, nós perdemos as próprias unidades de conservação por falta de troca genética. Então eu acho que seria interessante se o IEF pudesse colocar uma expectativa de cronograma para que comecem os decretos de reconhecimento dos corredores. É a única observação que eu tinha a fazer. No mais, novamente, parabéns.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Primeiramente, em relação ao conselheiro Licínio, conte conosco. Será um prazer participar desse evento, já consolidado. Conte com a participação da nossa equipe. É um evento sempre muito expressivo e com retorno muito importante para os municípios.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “O evento já teve 250 inscrições até hoje por volta de meio-dia.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Ótimo. Com certeza, esse número vai crescer ainda mais. Conselheiro Julio Grillo, a apresentação foi um pouco extensa, nós tentamos abarcar todos os temas, e não deu para entrar muito no detalhe de cada. Do contrário, nós ficaríamos aqui 2 horas, 3 horas. Mas eu acho que foi passada a ideia de qual é a filosofia de trabalho, o que o IEF, a SEMAD e o Estado pensam sobre conservação de áreas. Então nós trabalhamos com todo o empenho na busca, primeiro, das normatizações e depois no reconhecimento. Como foi colocado pela nossa diretora, nós temos uma ambição bem arrojada, vamos dizer assim, um planejamento bastante difícil, mas que tenho certeza que vamos alcançar. Ou seja, o planejamento de finalizar, até setembro deste ano, se eu não me engano, sete ou oito normatizações, entre elas, a normatização para regulamentação dos corredores ecológicos. Então é uma prioridade. A nossa diretora está com uma missão muito difícil, mas é um assunto que não pode passar deste ano. Esse é o prazo máximo que nós estabelecemos, está dentro do nosso planejamento estratégico do IEF. E teremos o momento também oportuno de conversar com você, com outras pessoas também, sempre buscando ouvir todos os lados e fazer com que o decreto seja o mais seguro possível, tanto do ponto de vista técnico quanto jurídico. Como eu falei também, inicialmente, sempre buscando evitar conflitos. Sempre que temos conflitos, no futuro, gera problemas para o Estado, haja vista, como eu mencionei na minha fala inicial, as nossas unidades de conservação, que no passado foram instituídas sem muitos estudos, sem muitas discussões. Nós estamos sempre abertos a considerações, sugestões na construção do melhor normativo possível.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Tem muito tempo que eu estou no COPAM, e também antes disso eu venho acompanhando as discussões do



1371 Conselho. E uma coisa que me chama atenção, houve uma apresentação  
1372 semelhante a essa, relativa a unidade de conservação, no passado, quando o  
1373 conselheiro Eduardo Nascimento ainda era vivo. Ele fez uma fala muito pesada em  
1374 resposta, dizendo que é necessário o cuidado com a narrativa, que aquilo fazia  
1375 parecer que está tudo bem. E também agora neste período eu estou na CPB, e nós  
1376 vemos pontos dessa demonstração do IEF. Hoje eu vi a fotografia completa, e o que  
1377 eu vi aqui, muito interessantemente, não é uma narrativa, é uma construção  
1378 concreta. Primeiro que nós temos uma situação complicada. Todos sabemos que é  
1379 complicada. Mas o que eu estou vendo de muito importante – por anos e anos nós  
1380 acompanhamos iniciativas uma hora vamos para um lado, outra hora vamos para  
1381 um outro e tal – é que há um caminho único, conhecido e que cada passo dado é  
1382 um passo à frente. Inclusive, especialmente nessa questão de regularização  
1383 fundiária, que me parece estar adquirindo uma sistematização. E gestão patrimonial  
1384 é um negócio difícilíssimo de se fazer, é caro, e o IEF me parece que está conseguindo  
1385 exercer isso. O que eu quero dizer é que não é só o imóvel ou unidade de  
1386 conservação que está lá irregular, que está decretada, não está desapropriada.  
1387 Mesmo aquele imóvel que o IEF já recebeu ou que o Estado recebeu precisa ser  
1388 cuidado. E eu estou vendo essa estrutura criando asas, está sendo criada dentro do  
1389 órgão. Essa apresentação é muito importante nesse sentido. Outras coisas: eu vi o  
1390 processo de criação do Corredor Sossego de Caratinga, mas eu não tive notícia de  
1391 nenhuma dessas outras estruturas de acompanhamento sobre recuperação do  
1392 corredor. Isso é muito mais importante do que a instituição do próprio corredor. A  
1393 minha fala é elogiosa do trabalho, mas principalmente com essa constatação de que  
1394 hoje eu vejo o contrário do que o Eduardo Nascimento viu naquele dia, há cinco ou  
1395 seis anos. Hoje eu vi um retrato de realidade acompanhado de proposições  
1396 realistas. Fico muito satisfeito e muito mais seguro de trabalhar e até propor unidade  
1397 de conservação para pessoas que são do mercado mesmo, que normalmente têm  
1398 uma resistência danada a essa figura, dentro desse contexto. Eu acho que o  
1399 caminho de pacificação e para que as unidades deixem de ser elemento de  
1400 guerrilha, de conflito ambiental, está desenhado. É muito importante seguir nesse  
1401 caminho, e acho que o IEF está de parabéns por isso que trouxe aqui.” Conselheiro  
1402 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Primeiro eu queria dar os parabéns ao Instituto  
1403 Estadual de Florestas pela apresentação, pelo trabalho que vem sendo realizado.  
1404 Nós sabemos da dificuldade gigantesca que é fazer regularização fundiária de  
1405 unidades de conservação, e o IEF tem trabalhado muito com isso e tem trabalhado  
1406 muito bem. Como a própria Daniela mostrou algumas coisas também sobre o  
1407 Programa de Regularização Ambiental, nós temos que fazer também esse elogio à  
1408 qualidade das normas que têm saído. Então precisamos elogiar essas últimas  
1409 normas que o Estado vem publicando a respeito da Agenda Verde. Podemos citar  
1410 o próprio Decreto do PRA, o Decreto 47.941, das autorizações de unidade de  
1411 conservação, o Decreto 47.749, regulamentador da nossa Lei Florestal de Minas  
1412 Gerais. Agora sobre o assunto corredores ecológicos, o conselheiro da ProMutuca,  
1413 em toda reunião, menciona que a Fiemg é contra corredores ecológicos e continua

1414 com essa narrativa. Eu creio que não vai parar com essa narrativa. Eu já respondi  
1415 algumas vezes, vou responder novamente. A Fiemg não é contra corredores  
1416 ecológicos, a Fiemg é contra a utilização do termo corredores ecológicos para áreas  
1417 de restrições como se corredores ecológicos fossem, para áreas que ainda não  
1418 foram instituídas como tal. A mesma coisa, a Fiemg seria contra se alguém dissesse  
1419 que uma determinada área que não foi colocada como unidade de conservação a  
1420 partir desse dia é, sem nenhum ato do Poder Executivo que o transformasse em tal.  
1421 Tanto não é contra que a Fiemg nunca se manifestou contra o Corredor Ecológico  
1422 Sossego de Caratinga. Está lá instituído, e não tem o que falar contra o Corredor  
1423 Ecológico Sossego de Caratinga. E tanto não é contra que participou de várias  
1424 discussões, há mais tempo, sobre uma minuta de anteprojeto de lei sobre  
1425 corredores ecológicos, e a própria instituição Fiemg foi favorável a muitos pontos  
1426 daquele anteprojeto. Então se o Estado realmente está pensando em fazer um  
1427 normativo eu coloco as instituições que eu represento no COPAM à disposição para  
1428 discussões a respeito do tema, e vamos fazer de forma positiva, como o presidente  
1429 da Fiemg também mencionou na reunião de hoje.” Conselheira Ana Paula Bicalho  
1430 de Mello: “Sobre essa questão de corredor ecológico eu não sou nem o fogo nem o  
1431 gelo. O que eu quero dizer? Depende. É igual a resposta jurídica para muita coisa.  
1432 Depende. O corredor ecológico não é e não deve ser uma faixa em que não se pode  
1433 nada, que deve ser isolada, cercada etc. Não creio que seja essa a intenção aqui,  
1434 claro, mas só reforçando essa posição. Até na apresentação feita foi mostrado um  
1435 mosaico com vegetação nativa e áreas com cultivos, produção rural. Nesse sentido,  
1436 o corredor ecológico jamais pode ser usado como um instrumento, vamos dizer  
1437 assim, de ‘desapropriação branca’, de desapropriar porque, de tantos impeditivos  
1438 que se tem por estar em um corredor, a pessoa não dá conta de permanecer ali e  
1439 de exercer suas atividades. Eu estou falando isso enquanto um reforço de  
1440 posicionamento. Não estou dizendo que é essa a intenção do IEF nem de quem  
1441 defende tão ardentemente os corredores. Mas isso sempre tem que estar em mente  
1442 na hora da discussão da política pública. Coloco também a Faemg à disposição.  
1443 Inclusive, eu gostaria de participar da discussão da regulamentação, porque é uma  
1444 situação muito importante para nós, que afeta, principalmente, áreas rurais. Os  
1445 corredores vão, inevitavelmente, passar por propriedades rurais. E nós gostaríamos  
1446 de acompanhar.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Eu acho que fica evidente, pela  
1447 fala dos conselheiros, a necessidade de regulamentar. Sem regulamentação,  
1448 justamente, dá margem para todas as interpretações, e as pessoas acabam não  
1449 sabendo qual é a figura do corredor ecológico, o que pode e o que não pode ser  
1450 usufruído dentro desses corredores ecológicos. Então a regulamentação vem para  
1451 responder tudo isso e dar segurança para todos. Claro, com o viés de conservação,  
1452 mas sempre com a possibilidade também de conciliação com a produção em  
1453 determinados níveis. Claro, a regulamentação não fecha toda a questão, porque  
1454 depois são necessárias também regulamentações específicas para cada um dos  
1455 corredores ecológicos que venham a ser instituídos. Mas o importante é o diálogo.  
1456 Primeiro, a regulamentação geral, para que depois se estudem e avaliem os casos

1457 específicos. Claro que podem ser feitos concomitantes. Não é porque vamos estar  
1458 elaborando um decreto nesse sentido que não vamos evoluir na discussão de cada  
1459 um daqueles corredores ecológicos para onde já temos algum tipo de proposição.  
1460 Então vai ser feito de forma concomitante. Mais uma vez, agradeço ao conselheiro  
1461 Julio por trazer esse tema à tona. Eu acho que foi importante até para desmistificar  
1462 algumas questões inerentes não só aos corredores e unidades de conservação, mas  
1463 a todas as ações de conservação que estão em andamento pelo Instituto Estadual  
1464 de Florestas. E me coloco à disposição, assim como a equipe, para reuniões  
1465 específicas também sobre os temas, para todos os conselheiros e qualquer um que  
1466 tenha interesse também, principalmente, em contribuir para o avanço da gestão das  
1467 áreas protegidas no Estado de Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo:  
1468 “Agradeço ao Instituto Estadual de Florestas a apresentação, solicitada pelo  
1469 conselheiro Julio Grillo. Então eu acho que cumpriu a finalidade, Julio, e com tantos  
1470 elogios ao trabalho pragmático – eu acho que isso é o mais importante –, factível e  
1471 planejado que o IEF tem feito. Então eu queria parabenizar toda a equipe do IEF na  
1472 pessoa do diretor-geral Antônio Malard.” **7) ENCERRAMENTO.** Presidente Marília  
1473 Carvalho de Melo: “Assim, finalizamos, cumprimos a nossa pauta de hoje. Eu queria  
1474 mais uma vez agradecer a todos os conselheiros presentes e fazer uma menção  
1475 especial ao conselheiro Julio Grillo que manifestou que esta é a última reunião em  
1476 que estará conosco, mas tenho certeza de que sempre perto, contribuindo para a  
1477 gestão ambiental do nosso Estado.” Não havendo outros assuntos a serem tratados,  
1478 a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou  
1479 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Marília Carvalho de Melo**  
**Presidente do COPAM**